ESTUDOS FILOSÓFICOS

A PSIQUE

POR DR. MANUEL SANZ BENITO
CATEDRÁTICO DE METAFÍSICA DA
UNIVERSIDADE DE VALHADOLID

ESTUDOS FILOSÓFICOS
A PSIQUE
MANUEL SANZ BENITO

Lançamento original do espanhol:
ESTUDIOS FILOSÓFICOS
LA PSIQUIS
MANUEL SANZ BENITO

Imp. e Liv. de Jorge Montero
Acera, 4 y 6 e Cascajares, 2.
España, 1900.

Sociedad Española de Divulgadores Espíritas
Tradução: Teresa da Espanha
Revisão: Irmãos W. e Ery Lopes
Formatação: Alexandre R. Distefano

Versão digitalizada:
© 2022

Distribuição gratuita:
Portal Luz Espírita
Autores Espíritas Clássicos

ESTUDOS FILOSÓFICOS

A PSIQUE

MANUEL SANZ BENITO

Imp. e Liv. de Jorge Montero
Acera, 4 y 6 e Cascajares, 2.
España, 1900

Manuel Sanz Benito
(1860 - 1911)

O filósofo Manuel Sanz Benito foi um destacado espírita, ligado desde a juventude à revista *O Critério Espírita* e a Alverico Perón. Publicou notáveis obras filosóficas como *A Ciência Espírita* ou *A Psique*. Foi professor de Metafísica e Lógica nas universidades de Barcelona, Valhadolid e Madri.

Liberal, também esteve ligado à corrente filosófica krausista de Julián Sanz del Río, como Francisco de Paula Canalejas (a quem Alverico Perón dedicou sua *Carta de um Espírita*). Por suas profundas convicções espíritas, teve de suportar a intolerância e o fanatismo de alguns setores para poder exercer sua cátedra em Barcelona.

Os anos de juventude e seu compromisso social

Manuel Sanz Benito nasceu na província de Madri em 15 de fevereiro de 1860. Conheceu muito cedo a filosofia espírita, pois em 1877, aos 17 anos, publicou o artigo "*A dúvida na sociedade*" no *O Critério Espírita*. Sua colaboração na revista criada por Alverico Perón e com a Sociedade Espírita Espanhola foi muito frutífera, e se prolongou até 1889.

Recebeu seu doutorado pela Faculdade de Filosofia e Letras e ganhou em concurso uma cátedra de Filosofia. No Instituto de Lugo permaneceu por espaço de 3 anos. A partir daí tornou-se professor de Filosofia em

Guadalajara, onde desenvolveu uma importante atividade cultural. Nesta cidade foi um destacado membro do Ateneu Caracense, que presidiu em 1891. E ali proferiu o discurso *Determinismo e liberdade*. Além disso, na cidade alcarrense, foi diretor da Revista *Ateneu Escolar* e participou do encontro do Centro Volapukista (língua artificial, concorrente do Esperanto).

Entre seus trabalhos sociais, deve-se destacar que foi o promotor da *Caridade Escolar*, uma sociedade benéfica fundada em 1889 em Guadalajara. O seu objetivo era fornecer vestuário e calçado aos filhos de famílias trabalhadoras que se distinguissem em aplicação nos estudos e conduta exemplar.

As obras filosóficas e espíritas

Durante seus anos como professor em Guadalajara, tornou-se um dos principais defensores do espiritismo na Espanha. Participava de congressos internacionais e publicava artigos no *O Critério Espírita* e na *Revista de Estudos Psicológicos.*

Em 1890 Manuel Sanz Benito publicava *A Ciência Espírita*, com prólogo do Vizconde Torres-Solanot, e em 1891 presidiu o Ateneu Caracense em Guadalajara, onde proferiu o discurso *Determinismo e Liberdade*.

No alvorecer do século XX, em 1900 publicou *A psique*, obra onde trata do estudo da alma ou espírito, onde afirma:

"Pelo contrário, o espiritismo sustenta a existência da alma como realidade palpável perante a consciência, da mesma forma que os objetos materiais são percebidos perante os sentidos. E enquanto o materialismo nega a existência do Eu e da personalidade humana idêntica em cada momento do tempo, o espiritualismo racional faz dessa identidade pessoal o primeiro princípio de prova para suas elucubrações. Ele afirma, também, não apenas a existência da alma, a Psique, como entidade não emanada de forças orgânicas, mas possuindo características próprias de espontaneidade e liberdade em seu modo de agir, e como resultado de tudo, a persistente individualidade fora da carne, a transcendência da vida do ser".

O magistério na universidade

Em 22 de março de 1893, ele ganhou em concurso a cátedra de Metafísica da Universidade de Barcelona. Este fato parecia provar que na Espanha era

possível existir um Espiritismo de cátedra, rigoroso e científico. No entanto, logo a reação de clericalistas e carlistas desencadeou um ataque furibundo contra o novo professor, como evidenciado por inúmeras altercações que podem ser acompanhadas na imprensa contemporânea, como *O Dilúvio*.

Este fato não era novo, já fora sofrido por outros professores como o krausista Julián Sanz del Río em 1865 na Universidade Central de Madri. Como consequência desta perseguição, Manuel Sanz Benito permutou a cátedra em Barcelona pela de Valhadolid. E mais tarde, por concurso, ocupou a cátedra de Lógica Fundamental na Universidade de Madri. Desencarnou em Madri em 1911 e, como Sanz del Río ou González Soriano, foi sepultado no cemitério livre.

Bibliografia de Manuel Sanz Benito

1890. A ciência espírita, Barcelona: Imprensa de Daniel Cortezo e Companhia, 199 págs. (com um prefácio do Vizconde de Torres-Solanot)

1891. Determinismo e liberdade. Discurso pronunciado no Ateneu Caracense pelo presidente do centro Sr. Manuel Sanz Benito, Valhadolid: Imprensa de Jorge Montero, 19 págs.

1893. Programa vigente na área de Metafísica. Barcelona: F. Giró, 35 págs.

1897. Programa de Metafísica. Valhadolid: Sucessores Hijos de Rodríguez, 36 págs.

1900. A psique, Valhadolid: Imprensa de Jorge Montero, 167 págs.

1900. Propedêutica lógica. Valhadolid: Imprensa de Jorge Montero, 36 págs.

[s.a.] Filosofia popular*:* palestra dada na Sociedade *El Fomento de las Artes* de Madrid. Valhadolid: Imprensa de Jorge Montero, 30 págs.

Artigos no *O Critério Espírita*

1877. «A dúvida na sociedade», *O Critério Espírita,* 10, págs. 101-104.

1882. «Dúvida ou realidade. O que é a verdade?», *O Critério Espírita,* 15, págs. 113-115.

1883. «O que é o homem?», *O Critério Espírita,* 16, págs. 1-4.

1884. «Discurso na comemoração do aniversário de Allan Kardec», *O Critério Espírita*, 16, págs. 50-53.

1884. «Discurso sobre Allan Kardec», *O Critério Espírita,* 17, págs. 64-67.

1885. «Ao espírito de Allan Kardec. A morte», *O Critério Espírita,* págs. 52-ss.

1886. «Recordando Kardec», *O Critério Espírita,* 19, págs. 56-ss.

1886. «A liberdade iluminando o mundo», *O Critério Espírita,* 19, págs. 146-148.

1887. «Idealidade na vida», *O Critério Espírita*, 20, págs. 142-144.

1888. «O impossível», *O Critério Espírita*, 21, págs. 45-47.

1888. «Trabalhemos com Kardec», *O Critério Espírita,* 21, págs. 76-ss.

1888. «Resumo do discurso pronunciado no Congresso Internacional Espírita», *O Critério Espírita,* 21, págs. 166-ss.

1889. «Positivismo e espiritismo», *O Critério Espírita,* 22, págs. 87-89.

1889. «O raciocínio, sinal de pouco entendimento: os bons e os sábios», *O Critério Espírita,* 22, págs. 103-ss.

1889. «O Espiritismo do ponto de vista vulgar», *O Critério Espírita*, 22, págs. 118-ss.

1889. «Congresso Espírita de Paris. Discurso pronunciado nesse Congresso», *O Critério Espírita,* 22, págs. 161-164.

1889. «O Espírito: sua realidade, sua imortalidade e progresso indefinido», *O Critério Espírita,* 22, págs. 181-185.

Outras colaborações

1889. *Discours dans le Congrès Spiritualiste International tenu à Paris a l'occasion de l'Exposition Universelle de 1889*. Valhadolid.

1893. «O Espírito: sua realidade, sua imortalidade e progresso indefinido», *Revista de Estudos Psicológicos*, 25, págs. 163-169.

1893. «Discurso (sobre espiritismo)», *Revista de Estudos Psicológicos*, 25, págs. 292-297.

Fontes

O Critério Espírita (1868-1878) (Na Biblioteca Digital Hispânica podem ser consultados alguns anos desta revista 1868, 1869 y 1878)

1927. MÉNDEZ BEJARANO, M. *História da Filosofia na Espanha até o século XX*. Madri: Renascimento.

1934. *V Congresso Espírita Internacional. Livro resumo*.

Sumário

Introdução — pág. 09

Capítulo I - A Psique — pág. 13

Capítulo II - A Psique em sua atividade originária — pág. 16

Capítulo III - O Eu: sua persistência — pág. 20

Capítulo IV - A força psíquica. Os atos materiais e os atos anímicos — pág. 23

Capítulo V - A força psíquica e as forças orgânicas — pág. 26

Capítulo VI - A psicofísica — pág. 30

Capítulo VII - A consciência — pág. 33

Capítulo VIII - Caracteres do espírito em si mesmo — pág. 36

Capítulo IX - As faculdades anímicas — pág. 40

Capítulo X - A razão — pág. 43

Capítulo XI - A imortalidade da alma — pág. 46

Capítulo XII - A inteligência em geral e a inteligência discursiva — pág. 51

Capítulo XIII - A sensação e a ideia — pág. 54

Capítulo XIV - A energia e o hábito — pág. 57

Capítulo XV - O trabalho — pág. 62

Capítulo XVI - O Positivismo, como verdadeiro Idealismo — pág. 65

Capítulo XVII - O novo hipnotismo — pág. 70

Capítulo XVIII - A lei moral, como lei universal. O bem e o mal — pág. 74

Capítulo XIX - A Filosofia em sua aplicação social — pág. 79

Capítulo XX - A força das ideias — pág. 84

Capítulo XXI - A causa absoluta. Unidade substancial divina — pág. 87

Introdução

Surpreendente movimento, o da inteligência, sempre investigando um além, sempre fixando o olhar em um horizonte mais vasto, mais grandioso. A realidade a atrai e a encanta; mas, como a realidade é infinita, o conteúdo nunca se esgota. É por isso que a inteligência descobre um além em cada verdade conhecida.

Os sábios pretendem ligar o átomo incoercível com a mais poderosa massa, a força invisível do pensamento com a força impalpável que move mundos e sistemas, o sopro de nossa vida com a vida dos seres em progressão crescente. Alguns, como Pictet, querem encontrar o *zero* da temperatura, onde cessam as combinações e reações da matéria, para surpreender a natureza em estados nunca antes imaginados. Outros, como Roentgen, por meio de raios X, conseguem enxergar através de corpos opacos. Enquanto os astrônomos dirigem com afã seus binóculos para ver de comprovar os canais do planeta Marte, descobertos por Schiaparelli, os matemáticos chegam a dar, como Tomson, a fórmula da magnitude que esse átomo pode ter. E enquanto uma milésima parte de um grão chega a poder ser pesada pela balança, pelo espectroscópio pode ser apreciada a cento e oitenta milionésima parte de um grão de sódio; e a precisão da matemática chega a tal ponto que é possível medir o comprimento da onda luminosa, de 393 milionésima parte de milímetro para a cor violeta e 760 para o vermelho, e o número de vibrações dessas ondas, em um segundo de tempo, é contado por trilhões.

Diante dessas e de outras descobertas, devemos ser cautelosos em questões científicas para nunca tomar como firme a última palavra de qualquer coisa, pois o impossível, como disse Arago, deve ser apagado do Dicionário, porque aquilo que julgamos impossível chega a se tornar, com o tempo, real e positivo, e a utopia de um século é a realidade do seguinte, como assinala Victor Hugo.

É por isso que Augusto Comte ficou desmentido quando em 1842, falando dos corpos celestes, afirmou que jamais poderíamos conhecer sua

composição química e sua estrutura mineralógica, pois alguns anos depois, em 1859, foi descoberta em Heidelberg a análise espectral que deixou em mau lugar as afirmações do positivista francês. Descartes foi mais prudente quando exigia a *dúvida metódica* no início de toda pesquisa científica: quem não duvida, não pensa, e quem toma tudo como já averiguado e conhecido, é incapaz de contribuir com seu grão de areia para a obra comum do saber. Portanto, não devemos admitir nenhuma teoria como fechada, nenhuma ideia como cristalizada em determinadas formas, que não seja suscetível de avanços posteriores.

Hegel com sua doutrina do *devir*, que ele aplica a toda a realidade, vem confirmar esta mesma coisa: que não há e não pode haver nenhuma ideia imutável. Todas elas mostram a condensação do pensamento em uma determinada direção, a síntese do estado intelectual sobre uma questão científica, da mesma maneira que, de um Código ou de uma obra de arte, dizemos que são a expressão do espírito de uma época. Mas à medida que o tempo passa e as ideias progridem, o molde dentro do qual elas estão contidas torna-se muito estreito e é preciso um novo, dentro do qual caibam as novas descobertas. Isso acontece na esfera política com todos os partidos, cujo programa chega a se tornar anacrônico após certo tempo; acontece com as descobertas da indústria, que chegam a ser anuladas por outras posteriores com melhores resultados; e isso acontece, em geral, no campo da ciência.

Houve um tempo em que o sistema do mundo de Ptolomeu formou a teogonia da Idade Média até que Copérnico deitou por terra aquele céu. Na Medicina, o estudo em que se examinava a composição dos órgãos como resultado da combinação de vários tecidos, cedeu lugar ao estudo dos elementos materiais a partir da investigação da célula, graças aos trabalhos de microscópio; e na Cirurgia, os procedimentos de assepsia e antissepsia trouxeram grandes avanços na antiga arte da cura. Da mesma forma, na Literatura, o poema *Fausto* de Goethe rompe com os moldes até então atribuídos a esse tipo de obras; e no que concerne à Filosofia, vários filósofos quiseram determinar os limites a que a inteligência humana pode chegar em suas pesquisas, apontando as leis que regem a atividade intelectual, desde as chamadas categorias de pensamento de Aristóteles e Kant, até as barreiras traçadas a ele por Spencer em sua teoria do incognoscível, ou por Hartmann no que ele chama de o inconsciente; e

repetidas vezes essas barragens foram quebradas e a inteligência rompeu todos os obstáculos que se interpuseram em seu caminho.

Mas, dir-se-á: será que o que é verdade hoje chega a se tornar erro mais tarde? Ou tudo é um erro relativo, e o homem vai de conhecimento em conhecimento, proclamando ora um princípio, ora outro, sem jamais possuir a verdade de nada?

Se acreditássemos que a verdade não é possível, cairíamos em um ceticismo mais ou menos exagerado, e jamais poderíamos professar uma Doutrina de afirmações; toda ela seria composta de negações e dúvidas. Também não podemos admitir que a verdade, em qualquer matéria, implique a verdade absoluta e completa, porque isso exigiria uma inteligência infinita que compreendesse tudo, absolutamente tudo, sem que nada escapasse ao seu conhecimento.

O que há é que, qualquer objeto da realidade, entanto que possa ser conhecido, seja que pertença ao nosso ser, seja que se refira ao mundo exterior, limitado ou infinito, encerra em si um conteúdo inesgotável de investigação.

Isto indica que a obra do conhecimento é longa e trabalhosa. Indica mais: que devemos acomodar nossa inteligência à realidade do conhecido, subordinando o subjetivo que dizem os filósofos, ao objetivo; isto é, nossas faculdades, à coisa conhecida. É por isso que o objetivo prevalece sobre o subjetivo; é por isso que dizemos que a necessidade obriga, que os fatos prevalecem. Em uma palavra, que, apesar de nossa vontade, a realidade impera sobre nós. Será em vão forjar uma teoria para explicar um fato ou uma série de fatos, se essa teoria for refutada pela experiência; um único caso que a negue e retifique, acaba por invalidá-la.

A atividade aplicada à pesquisa científica descobre novos métodos e procedimentos, com a ajuda dos quais e de instrumentos poderosos, pode analisar e perceber do mesmo modo, tanto o dito infinitamente grande, quanto o infinitamente pequeno; determinar suas leis e fazer proveitosas aplicações nas ciências e artes.

A filosofia não poderia permanecer estacionária neste período de renovação científica: a observação substituiu o antigo método silogístico, perscrutando melhor as profundezas de nossa consciência, onde há abismos como nos mares e grandezas como nos céus.

Dentre as obras filosóficas da época, destacam-se aquelas cuja finalidade é estabelecer os caracteres, relações, analogias e contrastes entre o elemento físico, corpóreo, e nosso ser anímico, que em sentido amplo se denomina *Psique*.

Daí o título deste trabalho.

Capítulo I
A Psique

O povo grego, com suas admiráveis faculdades para idealizar e embelezar todas as coisas, deu o nome de borboleta (*psique*) ao que na linguagem de todos os tempos e povos significa nossa alma ou nosso espírito; a força interna que em nós pensa, sente e deseja; o ser que imagina e pensa, que goza ou sofre, desanima ou se fortalece, que aspira e deseja, odeia e ama.

Esse povo já adivinhava que, se é possível e relativamente fácil especificar o peso e a magnitude de nosso corpo, a direção de seus movimentos e a força e o alcance de sua atividade, não é possível especificar da mesma maneira o movimento do pensamento que, na sua versatilidade, vai de ideia em ideia, como uma borboleta de flor em flor, pensando em uma infinidade de coisas diferentes em um instante, sem levemente se deter nelas; ou então libando, como a própria borboleta, as belezas que a alma encontra nas ideias que nossa fantasia acaricia e se apoderam dos nossos corações.

Os gregos também gravaram a famosa inscrição no frontispício do templo de Delfos: *noci seauton* (nosce te ipsum)[1], indicando assim à posteridade o caminho do verdadeiro conhecimento que deve começar pelo exame e estudo do nosso próprio ser.

[1] *Nota de SEDE: Conhece-te a ti mesmo.*

A partir de então, o problema relacionado com a nossa alma tem ficado cada vez mais complicado pelos novos dados que a observação veio fornecendo, e embora ainda existam muitas incógnitas por esclarecer, outras, em troca, foram sendo eliminadas ou resolvidas. É verdade que o tema nunca estará completamente esgotado, por mais séculos que a humanidade viva, mas isso não é exclusivo desta questão, acontece igualmente com todas elas: todas são *teoremas* que sempre contêm *corolários*.

Sendo nosso propósito dar a conhecer apenas algumas das verdades mais importantes sobre esse princípio e força interior que impulsiona e dirige nossas ações, indicaremos os pontos principais da maneira mais fácil que nos for possível.

Até há pouco, apenas o método de observação interior chamado introspectivo era seguido no exame psicológico para ver em nós mesmos os atos e fenômenos anímicos, método que, em sua abrangência, é de capital importância e insubstituível por outro, porque sem dúvida a melhor maneira de entender um fenômeno ou estado especial é observá-lo em si mesmo, passando por esse estado, para assim perceber como e por que isso acontece.

Mas não é suficiente; há estados na alma humana que é impossível se determinar e estudar pelo próprio ser onde ocorrem, porque acontecendo em momentos em que sua consciência não adquiriu a necessária força de reflexão, ou estando perturbadas suas faculdades, é impossível para ele analisá-los. Os atos psíquicos verificados no estado de infância ou em períodos anormais de loucura, delírio, surto, embriaguez e outros, é impossível para o mesmo indivíduo que os executa examiná-los introspectivamente, pois no caso deixaria de existir nesse estado: não seria mais criança, não seria louco, atordoado ou bêbado.

Daqui nasceu o fato de se ter recorrido ao método de observação externa, fazendo, de alguns anos a esta parte, delicados trabalhos referentes a estas questões; e da mesma forma que os anatômicos com o bisturi mostraram as fibras e tecidos de nosso corpo, psicólogos renomados deixaram ao descoberto alguns fenômenos anímicos em que a psicologia tradicional não havia reparado.

Cada um deles, seguindo suas preferências, impôs-se uma tarefa, e entre todos eles distribuíram o trabalho; houve aqueles que se dedicaram a fazer estudos detalhados sobre psicologia infantil (*Egger, Sully* e *Mun, Kausmal, Taine, Preyer* e *B. Pérez*); outros se dedicaram a fazer importantes observações sobre psicologia fisiológica e médica (*Lotze, Maudsley, Kraff e Lombroso, Wundt, Mata*); alguns, estudando as manifestações anímicas em indivíduos de diferentes raças, deram origem à Psicologia Etnográfica (*Waitz, Gerland, Gobineau, Royer*); outros, com predileção pelo estudo da vontade, criaram a Etologia ou ciência do caráter (*Stuart Mill, Hercen Bain*). E as investigações não pararam por aqui: usando as descobertas que a

ciência pré-histórica proporciona, deram-nos a conhecer as manifestações da energia anímica no homem pré-histórico e selvagem (*Lubbock Tailor*), e com o trabalho e observações de uns e de outros começou a ser formada a Psicologia dos povos ou Sociologia (*Stheintal, Lazarus, Spencer*).

Por outro lado, observações importantes e delicadas foram feitas sobre condições ou estados especiais pelos quais o homem às vezes passa; por exemplo, nas paixões (*Letourneau e Descuret*), no êxtase (*N. Mayo*), nas doenças da memória (*Ribot*) e na dor (*Richet*); e enquanto Lemoine e Darwin lançaram as bases da Fisiognomia ou da expressão das emoções, Joly e Paulhan tentaram descobrir um pouco do *quid divinum* do gênio, e Maury, Yoblot e Mourly penetraram nas profundezas do sono e nos fizeram ver a atividade do espírito quando suas faculdades parecia que repousavam.

Com tudo isso, e os notáveis experimentos e estudos em psicofísica feitos pelos psicólogos citados acima e outros, e a riqueza das ideias contribuídas por aqueles que, seguindo a sagaz pesquisa de Kant, sondaram as profundezas do espírito, foi sendo formada uma literatura psicológica tão abundante e variada, que veio dar um desmentido solene àqueles que acreditam que falar da alma é coisa inútil. Longe disso, foi confirmado mais uma vez o ditado do Evangelho "não só de pão vive o homem" e os ensaios, investigações, observações, experiências e estudos de todo tipo evidenciaram a realidade da alma, da *Psique*.

Capítulo II
A Psique em sua atividade originária

A vida do homem é toda ela psicofísica: nem somente espiritual, nem inteiramente física, mas de mútua relação e influência entre o espírito e o corpo. Assim, os atos que não são inconscientes, antes de serem realizados, foram precedidos de intenções, de ideias, e estas, se não devem ficar reduzidas a um vago idealismo, a um puro sonho, precisam ser encarnadas na esfera do realidade.

Para se estabelecerem, às vezes precisam lutar entre si até que a mais forte, a mais verdadeira, aquela que melhor resiste às provas em contrário, alcance a vitória. Esses combates, enquanto não transcenderem a esfera do pensamento, não são sangrentos, não causam vítimas; não há outra vítima senão o erro, imolado em nome da verdade. Famosas foram, por exemplo, as lutas entre nominalistas e realistas na Idade Média e entre clássicos e românticos nos tempos modernos.

Não menos importante é a luta entre materialismo e espiritualismo hoje. O primeiro mantém como única realidade aquela que é percebida pelos sentidos, e daí deriva sua negação de tudo que é transcendental e suprassensível, mesmo que não seja sobrenatural. Nada de princípios permanentes e absolutos; tudo é relativo e as qualidades dos seres são efeitos de suas disposições orgânicas. O livre-arbítrio não existe, a responsabilidade é um absurdo e o crime é resultado de uma doença, assim como o heroísmo é um ato de excitação do sistema nervoso; o gênio, um pouco mais de atividade cerebral devido à maior abundância de massa cinzenta ou maior número de circunvoluções; não há espontaneidade no agir, e o homem é apenas uma máquina em movimento, sendo suas ações puramente mecânicas.

Pelo contrário, o espiritualismo sustenta a existência da alma como realidade que se percebe ante a consciência, da mesma forma que os objetos materiais são percebidos ante os sentidos; e enquanto o materialismo nega a existência do *Eu* e da personalidade humana idêntica em cada momento do tempo, o espiritualismo racional faz dessa identidade pessoal o primeiro princípio de prova para suas elucubrações. Afirma também, não apenas a existência da alma, a Psique, como entidade não emanada das forças orgânicas, mas possuidora de caracteres próprios de espontaneidade e liberdade em seu modo de agir, e como resultado de tudo, a individualidade persistente fora da carne, a transcendência da vida do ser.

Embora pareça uma antinomia, talvez porque os extremos se encontram, materialismo e espiritualismo estão prestes a se fundirem em uma síntese superior que compreenda ambos os dois.

De fato, o materialismo não nega a força de qualquer tipo que for, e menos ainda a força psíquica, mais poderosa que outras, só que ele explica sua atividade como propriedade da própria matéria. O espiritualismo também não nega a matéria, só que alguma vez, perdido em vagas idealidades, desprezou-a como coisa indigna, e do seu exagero nasceu o sistema oposto; pois a inteligência, como o pêndulo quando oscila, vai de um extremo ao outro, impossibilitado como está de abranger de uma só vez todo o espaço que deve percorrer.

Já foi esclarecido o que seja a matéria em si? Sabe-se o que seja a própria força? Será que uma é transformação da outra, ou são duas maneiras de se manifestar essa substância ou incógnito ***x*** que origina força e matéria?

E também, onde a Psique começa? Qual é o primeiro esboço da vida, da sensibilidade e da inteligência? Impossível dizê-lo nesta escala relacionada de seres que existem no Universo.

Ora, se não sabemos o que é a matéria, se ignoramos o que é a força, se não vemos onde e quando a Psique aparece, como ousamos afirmar que são coisas iguais ou que são coisas diferentes? que uma é mais ou é menos, é anterior ou superior à outra? Por diferentes que sejam suas manifestações, não estamos mais autorizados para proclamar sua distinção essencial, do que para afirmar que a majestosa nuvem que paira nas alturas difere em sua composição química da água que brota de uma nascente na superfície da terra.

Mas qualquer que seja a solução do problema, podemos avançar já no campo da pesquisa, pois as descobertas em certa ordem de fenômenos nos permitem caminhar com passo relativamente seguro.

Quando, há algum tempo, os estudos biológicos foram tomados com avidez, destruindo métodos rotineiros, pensava-se em observar o máximo possível as manifestações dos seres vivos, começando por aqueles em que o fenômeno da vitalidade está apenas começando. Os organismos inferiores foram cuidadosamente inspecionados e, como consequência desses estudos, surgiu a chamada teoria celular: o sistema de que tudo o que vive é produto de uma célula que procede em suas funções por assimilação dos meios que encontra ao seu redor e que, diferenciando-se gradualmente, dá origem a órgãos e aparelhos que compõem tanto a textura mais simples quanto a mais complicada de qualquer vegetal ou animal. Acreditava-se então que o problema da origem dos seres havia sido resolvido, considerando ter encontrado a chave que explicava este e outros fenômenos misteriosos.

Porém, as próprias observações demonstraram que, longe de ter encontrado o *quid* da questão, a dificuldade apresenta-se mais formidável do que se acreditava a princípio. Ao querer explicar a alma dos seres pelo seu organismo, considerando-a como efeito ou resultado do funcionamento de todos os órgãos, principalmente os que compõem o sistema cérebro-espinhal nos animais superiores, constatamos que o ser é ativo desde a manifestação mais rudimentar da célula, e que esta atua *com energia e atividade próprias* dentro das condições do meio que a cerca, energia que vai se acentuando mais à medida que o ser se torna mais perfeito na escala dos seres.

A célula, então, é um elemento, um algo essencialmente ativo, com atividade própria; portanto, essa atividade não depende das condições do meio nem dos componentes materiais que a formam, mas há algo nela que a constitui em centro assimilador de forças, em elemento individual e diferente dos demais da criação: em ser, se quisermos.

E se isso acontece com o ser mais rudimentar, o que não irá acontecer com o homem? Como considerar a inteligência e a vontade, a energia que pensa, vive e age nele, como sendo apenas síntese, produto ou funcionamento de meras forças orgânicas, quando é sempre uma energia

que se dirige a um fim com iniciativa, com espontaneidade, e, portanto, com liberdade?

Temos, então, que o aforismo *errando, errando, deponitur error*[2] foi cumprido; porque os próprios materialistas com suas observações vieram nos mostrar a espontaneidade, a energia própria do ser que incrusta o selo de sua individualidade, sem que seja uma mera *tabula rasa*, apta apenas para receber impressões do ambiente que a cerca.

Haeckel diz que a vida, mesmo na matéria amorfa, começa por se caracterizar como um centro atrativo e assimilador de forças; Delboeuf afirma que as impressões não são gravadas no espírito como na cera mole; Locke, que a alma não pode ser considerada como resultado de algo, mas como uma unidade, porque os diversos modos de sua atividade própria não podem ser distribuídos entre sujeitos diferentes, e Maudsley declara que o espírito não é uma folha de papel em branco; de modo que todos concordam em admitir a nativa espontaneidade da Psique.

[2] *Nota da SEDE: À força de errar, aprende-se a acertar.*

Se a sensação é, como dizia Aristóteles, um ato comum do que é sentido com o senciente[3], o sujeito põe de si algo que não é devido à simples excitação, não se podendo medir uma pela outra e, portanto, não existindo tal equivalente mecânico.

[3] *Senciente: vocábulo em desuso, particípio derivado do verbo sentir, que significa o que sente, ou tem sensação.*

Não há em todos os atos psicofísicos uma mera resposta à impressão recebida. A atividade psíquica intervém para devolver a impressão *aumentada ou diminuída*. De tudo isso segue-se que os próprios observadores materialistas vieram evidenciar a espontaneidade, a energia própria da Psique.

Então, se a função é superior ao órgão, a Psique, mais ativa do que as forças orgânicas, não é uma resultante delas. A indução racional, portanto, permite pensar que o *organismo* é meio ou instrumento que a Psique utiliza para realizar seus atos, mas nunca aquele que os gera e produz.

Capítulo III
O *Eu*: sua persistência

Há um fato incontestável, indubitável, para todo ser que pode se perceber a si mesmo: esse fato é o de sua própria existência. Será em vão fechar meus olhos e tapar meus ouvidos para não ver nem ouvir nada: irei me ver interiormente a mim mesmo e me reconhecer como ser que sou, que vive e age. Esse reconhecimento de nosso próprio ser, de nossa própria existência, nós o expressamos na palavra Eu.

Não entraremos, embora nem sequer seja necessário, numa análise detalhada e longa para desvendar o verdadeiro significado desta palavra. Todos concordamos que o Eu não significa, nem o meu corpo, nem a minha alma, nem uma propriedade ou faculdade específica; mas, quando digo que eu falo, eu escrevo, eu duvido, eu penso etc., dou a entender que esses atos sou Eu que verifico em minha unidade e totalidade, como homem. Na verdade, não é minha boca que fala, porque embora através dela, como através dos outros órgãos de locução, eu produza sons articulados, é necessária a intervenção de minha atividade anímica que determina, que impulsiona os órgãos a modular sons que, por sua vez, expressam meu pensamento; da mesma forma, não são meus pés que me conduzem, sou Eu que, por impulso de minha vontade e agindo através de um complicado sistema nervoso e muscular, forço meus membros a tomarem diferentes posições no espaço. E assim, da mesma forma, em todos os atos onde digo que eu os executo, que eu os faço, dou a entender que me são atribuíveis como sendo eu o ser que os produz, fazendo uso de todas as minhas forças interiores para sua realização, bem como de todos os elementos que, externos a mim, coloco à minha disposição para que me sirvam de instrumentos ou meios de realizar minhas volições.

Deste ponto de partida da evidência do próprio Eu, a filosofia moderna partiu para ascender em sua investigação, desta primeira e elementar verdade, às mais altas especulações do conhecimento.

O ceticismo tem aqui um valado inexpugnável, pois não há quem duvide de sua própria existência. Poderá duvidar de seu espírito como ser imortal e diferente do corpo, poderá acreditar que este é mais uma aparência do que uma realidade, poderá pensar que o mundo exterior oferece-se a nós como uma mera ilusão; mas não duvidará da existência de seu próprio ser, porque quando duvida, é seu próprio ser que duvida.

Reconhecida a individualidade de nosso ser no sentido expresso pela palavra Eu, devemos concordar sem grande esforço sobre outro fato não menos evidente, a saber: a persistência dessa mesma individualidade, desse mesmo ser que somos; ou seja, a continuidade do nosso Eu, desde o momento em que começamos a nos darmos conta das nossas ações até o momento presente.

De fato, eu posso ter mudado em muitas coisas: minha altura hoje não é a mesma de anos atrás, nem o peso e a consistência, a agilidade etc. do meu corpo são os mesmos. Também reconheço que a atividade de certas funções do meu organismo tem mudado: minha visão não é tão perspicaz como antes, minhas forças não são as mesmas. Em outro sentido, observo também que houve muitas mudanças no que chamo de meu espírito; que tenho mudado de ideias, de inclinações, de gostos.

Cada um, por pouco que meditar, encontrará em si mesmo essas mudanças, essas mutações; mas não é menos verdade que no seu íntimo considera-se obrigado a admitir que o mesmo ser, o mesmo indivíduo que tem sofrido mudanças tão notáveis e modificações tão diversas, a ponto de pensar, sentir e querer de outra maneira diferente de como pensou, sentiu e desejou há alguns anos, é hoje o mesmo indivíduo, o mesmo ser: não houve nele dois seres diferentes ou transformação de um ser em outro com o passar do tempo; ele se reconhece como sendo o mesmo em meio a essa diversidade; inalterado, em meio a essa multiplicidade; uno, em meio a essas modificações; invariável, em meio a essa série de mudanças; a própria permanência de seu ser, de sua individualidade; em uma palavra, a persistência de seu Eu.

Sim; nossa consciência, nosso bom senso nos dá testemunho, por pouco que meditarmos, destas coisas: eu sou, e sou o mesmo ser desde que me reconheço; se têm acontecido grandes transformações em mim, isso não me impede de me reconhecer como o mesmo indivíduo, como a mesma personalidade.

Não há materialista que, ao perseguir alguém que o ofendeu, não seja ilógico com suas teorias. Além do fato de que a ofensa não é tal, pois o indivíduo não age, segundo ele, movido por seu livre arbítrio, mas obrigado pelas forças naturais, que o arrastaram a cometer o desmando com a mesma fatalidade que a gravidade obriga a cair uma pedra atirada ao ar, há uma inconsequência em perseguir o indivíduo de hoje como se ele persistisse amanhã. O materialismo, que admite que tudo é mudança, todo movimento, tudo sucessão e nada tem permanência, encontra-se em contínua contradição com suas teorias. É bom que ele considere o espírito como propriedade de seu corpo, mas negar a identidade do Eu, a continuidade de sua própria personalidade, é tão absurdo que só guiado pelo espírito de sistema pode ser concebido.

Reconheçamos, então, que tão verdade como eu sou, como eu existo ou vivo, também é verdade que eu sou idêntico a mim mesmo, que sou o mesmo ser, que minha própria individualidade persiste em mim através das mudanças e alterações que tenha experimentado.

Capítulo IV
A força psíquica. Os atos materiais e os atos anímicos

Todo fato, todo fenômeno que observamos em qualquer ordem de coisas, não se verifica sem que algo o determine e produza. Chamamos este algo de sua causa, que é sempre de conformidade com a natureza do efeito produzido. Se uma pedra cai depois de ser lançada ao ar, não é por espontaneidade ou por uma certa tendência da pedra a cair: é por causa do que chamamos de força da gravidade. De modo que, se removermos essa força, removeremos seu efeito correspondente; e por analogia, em todos os fenômenos do mundo, fazendo abstração das forças que produzem esses eventos, teremos de reconhecer a não existência de tais efeitos.

Da mesma forma, se ocorrem atos intelectuais em nosso ser, devemos negar que há forças ou causas em nós que produzem a intelectualidade? Isso seria tanto como dizer que os efeitos são produzidos sem causas. Mas essas causas, originam-se das inerentes propriedades do organismo corporal? Não nos importa isso por enquanto: o que precisamos é reconhecer que através dos efeitos devemos chegar ao conhecimento de suas causas, que os fenômenos testemunham a existência de forças ou atividades que os produzem e que, de conformidade com a natureza e condições desses efeitos, assim devem ser as forças que os originam.

Para assegurar que estes ou aqueles atos sejam próprios do espírito e que tais outros sejam originados pelo organismo, seria necessário saber onde o espírito começa e onde termina e onde começa e termina também o corpo. Mas eu, de mim, só sei dizer que, ao examinar minhas ações, encontro uma constante compenetração de todas as minhas forças, de todas as minhas atividades; que não há ato originado nos limbos mais obscuros do pensamento que não se veja refletido e de alguma forma exteriorizado no organismo físico; e da mesma forma, que não há fenômeno que nele se

verifique, do qual, direta ou indiretamente, não receba a influência no que chamo de meu espírito; fenômeno que se comprova mais à medida que o ato vai se tornando mais claro e distinto.

Essa unidade de nossa natureza, que mostra a todo momento, como vimos, a unidade de nosso ser, não impede, porém, para que possamos certificar-nos da distinção dos elementos, forças ou funções que nele ocorrem.

Até hoje, o corpo foi tido por muitos como algo desprezível e indigno, e talvez desse exagero tenha nascido o exagero oposto de supor que não há nada mais do que matéria em nós, entendendo é claro, por matéria, o que afeta nosso sentidos.

Mas, poderíamos supor que um fenômeno como a quilificação, onde as forças do organismo intervêm para produzir a transformação química dos alimentos, seja a mesma coisa que a elaboração do pensamento, ou a discussão de um tema? Poderemos nunca supor que a aceleração dos batimentos cardíacos, produzida pelo fato de correr, é devida à mesma causa que essa aceleração, quando é causada pela impaciência de uma notícia almejada? Podemos confundir a força muscular empregada para levantar um certo peso, com a força intelectual capaz de medir e calcular enormes distâncias?

Por mais que alambiquemos e façamos distinções sutis, por mais que duvidemos, seremos obrigados a confessar que a atividade ou força que produz os fenômenos químicos e orgânicos em nosso corpo não é a mesma atividade ou força que dá origem aos fenômenos anímicos; e embora a observação nos ateste que não há essa suposta separação entre atos materiais e atos espirituais, que a força psíquica utiliza-se das outras para realizar seus fins e cumprir seus propósitos, a própria observação nos mostra que não há e não pode haver paridade entre uma e outra; que pode haver um grande desenvolvimento do organismo, cumprindo ele perfeitamente suas funções, e ainda assim as faculdades da inteligência ou da sensibilidade estarem atrofiadas, que pode alguém possuir grande energia física e ser inútil para qualquer trabalho intelectual que exija algum esforço e perseverança. Portanto, se em nós há um organismo que cumpre suas funções de acordo com as leis materiais, há também uma força que anima esse organismo, que, unida a ele, o impele constantemente, o dirige e

o determina a agir, e essa força é o que produz os atos que estimamos como mais importantes na vida. Esta é a força psíquica.

Os homens, de fato, não são apreciados por sua altura, por sua força, por seu peso, pela melhor ou pior respiração e por quão bem ou mal digerem; eles são estimados antes por seus atos intelectuais: entre aquele que usa sua força muscular para levantar pesos e uma máquina há uma semelhança de funções, mas não entre esta mesma máquina e aquele que move sua inteligência para conceber uma verdade ou aquele que sente seu coração docemente comovido por uma afeição terna e íntima que o inclina a fazer o bem em benefício de seus semelhantes.

Em meio a esse materialismo absorvente que nos envolve, é preciso insistir mais uma vez em mostrar como, simplesmente atendendo ao testemunho de nossa própria consciência, vemos que mesmo aqueles que se mostram tão positivistas dão mais importância aos atos psíquicos do que aos atos da vida física: àqueles em que a força anímica move, impulsiona e dirige, do que a outros em que predominando as leis materiais, são utilizadas apenas forças mecânicas, que podem ser substituídas por outras por sua vez mais poderosas. Daí a grande verdade do aforismo: *Mens agitat molem*[4].

[4] Nota de SEDE: "A mente move a matéria" (Virgílio, Eneida)

parei aki

Capítulo V
A força psíquica e as forças orgânicas

O que foi dito acima nos põe em caminho para ver as diferenças mais notáveis entre a força, que produz os fenômenos psíquicos, e as funções orgânicas do nosso corpo. Para isso nada melhor do que comparar as leis a que ambos obedecem, pois todos os fatos obedecem sempre a uma regra invariável que é a sua lei, e buscando as leis desses fatos veremos as diferenças que existem entre eles.

O organismo humano está sujeito desde sua formação aos processos dinâmicos, químicos e orgânicos aos quais estão submetidos os demais corpos da natureza. Não vemos nenhum privilégio neste ponto para o nosso organismo, pois ele obedece às mesmas leis que todos os outros, e os mesmos fenômenos ocorrem nele como nos demais. O calor, a luz e a eletricidade com a variedade de fenômenos a que dão lugar, influenciam e ocorrem em nosso corpo como em qualquer outro corpo animal. Nosso organismo, quando carece de certo número de graus de calor de que necessita, fica enregelado e incapaz de desempenhar suas funções; se é a luz que está faltando, sua influência é muito sentida, e a eletricidade também influi sobre ele da mesma forma que sobre qualquer outro organismo, produzindo variedade de fenômenos. No que diz respeito ao processo químico, os alimentos se dissolvem graças aos sucos do nosso interior, como poderia acontecer em outro corpo de maneira análoga, e no que diz respeito à assimilação e desassimilação, não há diferença notável com qualquer outro organismo semelhante. Nossa origem orgânica, como a de todos os seres, é uma célula, da qual derivam várias outras, que por sua vez dão origem a tecidos, órgãos e aparelhos. Nosso corpo cresce e se desenvolve no espaço até certo limite, e então entra em um período de

paralisação em seu movimento ascendente, até que sobrevém o fenômeno que chamamos de morte.

Até aqui não vemos nada de particular em nós que não vejamos em qualquer outro dos muitos seres análogos que povoam a Terra. Mas, por sua vez, o que chamamos de espírito, como força que anima e vivifica o organismo, não está sujeito a essas leis físico-químicas e nem orgânicas, embora os efeitos dos atos materiais tenham impacto em seu ser, devido à íntima relação entre o espírito e o corpo.

O espírito tem por lei a espontaneidade, a atividade constante em todos os seus atos e determinações. Não está por um momento em repouso, e essa atividade não é apenas contínua, mas progressiva. Nosso corpo chega a um ponto em que não cresce mais, em que deixa de nutrir-se e morre. Nosso espírito constantemente se alimenta de novas ideias, novos afeições e cabem nele novas determinações de sua vontade, que por sua vez produzem novos movimentos em seu ser, que servem para realizar outros atos diferentes dos já verificados.

O máximo a que chega o progresso fisiológico moderno é a esta conclusão: o espírito se desenvolve paralelamente ao organismo; e até mesmo isso não é verdade em muitos casos, onde quer que haja uma alma viril e enérgica em um corpo doente e fraco e, ao contrário, um espírito preguiçoso e apático em um organismo forte e bem desenvolvido.

Temos, então, que, no que diz respeito ao organismo físico, ele não tem privilégio algum em relação ao resto dos organismos deste planeta. Todas as leis naturais ocorrem nele da mesma maneira, e por isso o homem foi chamado de *microcosmo*, porque é de fato um mundo em tamanho pequeno. E temos também que, através dos atos psíquicos, tomamos conhecimento da força análoga que os produz, sendo esta força o elemento inteligente que nos anima, o elemento propulsor que move e dirige, aquele que é causa de nossos atos, pelo qual nos dizemos seres livres e responsáveis; *o espírito*, em fim, ou alma.

Mas essa força psíquica, esse espírito que reconhecemos, teria sua origem no próprio organismo? Seria uma vibração ou um movimento mais ou menos sutil dos nervos ou da massa cerebral? Seria uma função, afinal, dessa parte do organismo, como as funções de outros órgãos?

Certamente, se os efeitos da força pensante fossem análogos aos fenômenos físicos, não haveria dúvida; mas se vemos que são de natureza

muito diferente, a razão nos diz que não têm sua raiz, seu princípio de origem, nesse mesmo organismo.

Porém, dir-se-á: concedemos que o espírito existe como força que não deve sua existência ao organismo físico, que não é uma de suas funções, nem o resultado de certos movimentos; mas isso não prova que ele não possa viver sem um corpo, antes vemos que, geralmente, se o corpo é enfraquecido por afecções locais ou gerais, a alma também fica enfraquecida e gradualmente perde suas faculdades. Se a vida de um órgão importante é interrompida, o espírito cessa em suas funções; Por exemplo, se o cérebro está doente ou ferido, o espírito fica incapacitado de conceber, de julgar, de raciocinar, de exercer, enfim, seus atos psíquicos. Que espírito, então, é esse independente do corpo, ao qual não deve sua origem e que, no entanto, permanece como que subjugado, de tal forma que a interrupção de sua vida suspenda também a dele? Como acontece nos casos em que uma lesão cerebral produz os fenômenos de amnésia, afasia e similares.

Efetivamente; a objeção não deixa de ter força se afirmamos que o espírito é independente do organismo e, portanto, não precisa dele para nada: isso é absurdo. Mas uma coisa é que o espírito precise, para agir, da assistência do corpo, e outra que este não seja nada mais que um instrumento, com objeto e finalidade determinados, a serviço do espírito; conjunto de aparelhos cujas finalidades são duas: receber impressões para transmiti-las à força psíquica e assim tomar consciência delas para saber o que está acontecendo no mundo externo e no próprio organismo; e reagir no mundo exterior em virtude do impulso comunicado pelo espírito, para pôr em movimento as diferentes partes do corpo e traduzir suas volições em atos.

Este corpo, então, que temos, nada mais é do que um meio, como a caneta e o papel o são para escrever, como um instrumento musical para executar uma peça musical, como um telescópio para ver um objeto à distância, um barco para navegar, etc.: meios; e meios, se quisermos, indispensáveis; mas nem a pena é quem escreve, nem o piano que toca, nem o aparelho telegráfico que transmite comunicados: é o elemento inteligente que dirige, que impele, que verifica certos fenômenos, porque, utilizando-se das leis naturais, faz com que tais fenômenos se manifestem. Este é, então, o corpo: um instrumento com esta dupla finalidade: concentrar as impressões no espírito para que, através da sensação, tome consciência do mundo

exterior e de seu próprio organismo, e assim agir sobre os outros objetos para o espírito realizar seus desejos. Sem órgãos da linguagem não falaremos, mas a linguagem nada mais é do que um signo, um meio para falar; e igualmente os outros signos.

Assim, as diferenças entre o espírito e o corpo provam que um não é o outro; que embora haja contato contínuo, comércio psicofísico, os caracteres de um não são os caracteres que vemos no outro, e que, por dedução, efeitos diversos pressupõem causas diversas.

Capítulo VI
A psicofísica

Se há alguma verdade comprovada nos estudos antropológicos, é que, no homem, tudo é psicofísico; isto é, que todos os seus atos são de espírito e corpo ao mesmo tempo; que não há fenômeno, que não há estado, em que ambos os fatores não intervenham: o entusiasmo mais ideal, o misticismo mais espiritualista têm sua correlação, sua correspondência e tradução no externo, no orgânico; e o movimento da mais insignificante fibra, do menor órgão ou tecido do nosso corpo, seja ele simplesmente vibratório, seja automático ou reflexo, tem sua repercussão no espírito: é permeado e influenciado por aquela força que constantemente impulsiona e dirige nossas ações voluntárias, e que anima e regula inconsciente mas obviamente, os outros fenômenos da vida.

Sem o espírito não há ser, não há propulsor, não há centro de forças convergentes, e sem o corpo não há instrumento, não há meio, não há manifestação e, portanto, não há tradução de energias, enquanto o homem é tal.

Daqui nasceram os delicados trabalhos sobre a relação e influência mútua de um e outro elemento, do espírito e do corpo, que resultaram no conhecimento de algumas das suas diferenças e das respectivas leis a que obedecem. Weber e Fechner, Delboeuf, Wundt e Helmoltz figuram em primeira linha entre os que mais se distinguiram nesses trabalhos de psicofísica. Uma verdade muito simples e importante decorre deles, a saber: que todos os fenômenos de relação entre o espírito e o corpo ficam simplesmente reduzidos a duas classes, sensação e movimento; a inspiração mais genial e sublime, bem como a impressão mais tosca, são traduzidas dessas duas maneiras, como sensação e movimento, em que um causa o outro. Toquemos um objeto muito quente: a impressão desse objeto em nossa pele, transmitida pelos nervos sensoriais ao cérebro, produz a sensação de dor, e esta, o impulso do espírito, que comunicado

pelos nervos motores aos músculos do braço e da mão faz com que a retiremos; pelo qual vemos que a sensação causou o movimento.

Mas não é necessário que ocorra a sensação de dor para que o movimento aconteça: basta que vejamos o objeto para que retiremos a mão e não o toquemos; não há então sensação de dor, mas há o mesmo movimento: é que a memória de sensações dolorosas anteriores é preservada, e sabemos por experiência que isso produziria dor. Em todo caso, o ato é psicofísico, devido a uma impressão externa traduzida em impulso do espírito. Deste modo é verdadeiro que o homem pensa *com o cérebro*, mas é errado que *o cérebro* pense: o pensamento supõe os dois fatores, espírito e corpo.

Porém, dizemos que não há ato exclusivamente espiritual e nem somente corporal, mas que todos os que o homem executa são psicofísicos, de espírito e corpo, embora prevalecendo um ou outro elemento. A partir dessa base, procurou-se concluir que o espírito nada mais é do que o resultado da atividade cerebral, um movimento funcional desse órgão. Mas a verdade é que essas mesmas investigações vieram demonstrar o contrário. Sensação e movimento são as duas maneiras pelas quais todos os atos humanos se manifestam, mas uma não é o outro, muitas vezes nem sequer estão em relação proporcional. O movimento não é uma simples resposta em quantidade e qualidade à impressão recebida: é de uma ordem diferente e muito superior.

Assim, o cérebro não é – como se supunha – feito estação telegráfica destinada a receber as impressões que como despachos lhe são comunicadas pelos nervos sensoriais (distribuídos a modo de fios telegráficos por todas as partes do nosso corpo), para depois transmitir esse mesmo despacho, através dos nervos motores, à periferia do nosso corpo e reagir sobre o exterior, provocando o movimento desta ou daquela parte ou de todo o corpo; senão que é preciso contar com o telegrafista, o espírito, que longe de ser passivo, modifica o relato de tal forma que a mesma impressão recebida por diferentes indivíduos ou pela mesma pessoa em diferentes circunstâncias produz resultados diferentes, pela essencialíssima parte que nisso toma o espírito. Se, por exemplo, a palavra fogo é ouvida em um teatro, com certeza a maioria dos espectadores precipitam-se de seus assentos e tentam sair com a maior rapidez. O movimento, no entanto, não é consequência da simples ondulação material

que chegou aos nossos ouvidos, como o movimento da bola de bilhar é proporcional à força do golpe que recebe, mas o movimento do nosso corpo nesse caso é devido à interpretação que o espírito faz rapidamente do que essa palavra significa; de tal forma que os espectadores mais distantes podem muito bem se movimentar com mais energia e velocidade do que aqueles outros que ouviram a voz com mais intensidade por estarem mais próximos; e com toda certeza, se entre os assistentes há alguém que é estrangeiro e não entende o significado, apesar de ter recebido a mesma impressão em seu ouvido ele não sairá de seu lugar até que, pela agitação dos outros, entenda que há perigo.

Isso prova a realidade do espírito como ser distinto do corpo, o qual é um meio ou instrumento de que o espírito se utiliza para se comunicar com o mundo exterior e poder reagir sobre as impressões recebidas.

Quais são suas faculdades? É uma só ou são várias?

Capítulo VII
A consciência

Victor Hugo diz: “Há uma coisa maior do que o mar e é o céu; e há uma coisa maior que o céu: o interior da alma humana”.

De fato, na alma dão-se grandezas e maravilhas inefáveis, como nos espaços estelares, e também há abismos, mais profundos do que os abismos da matéria. Na alma, a inteligência irradia com uma luz tão vivíssima para a vida do espírito como a luz do sol que ilumina nossos passos materiais; e às vezes há tanta escuridão no pensamento quando nos faltam ideias, quanto há escuridão para nossa fraca retina quando os raios do sol não a ferem.

Quem já não viu cruzar ligeiras aquelas estrelas cadentes nas noites de verão, que um momento brilham à nossa vista para depois esvair-se e desaparecer? Quem não vê também sulcar nossa mente ideias e pensamentos que se extinguem no momento, mais rapidamente do que aquelas estrelas veem a sua luz se apagar?

Quando a atmosfera está carregada de eletricidade e as nuvens se acumulam, e o trovão se faz ouvir e o raio explode, sentimos espanto; mas as tempestades do espírito são ainda mais temíveis. Assim como o relâmpago surge do choque de eletricidades opostas, do choque de sentimentos opostos e de ideias conflitantes surge a cólera que se desencadeia em raios de vingança e do ódio que fere ou mata; com a diferença de que as tempestades atmosféricas purificam o ambiente e as tempestades humanas às vezes deixam a alma sobrecarregada pelo peso de um remorso.

De onde nasce, então, aquela força tão variada que vemos na alma humana; que às vezes ela está arrebatada em oração mística pedindo ao Pai das misericórdias calma e fortaleza para suportar as batalhas da vida e outras vezes, agitando-se furiosa e ressentida, prorrompe em maldições e

blasfêmias? Mesmo parece que sejam duas almas, ou então uma só mas com propriedades completamente opostas.

Por outro lado, quando vemos em nós mesmos um estímulo que nos faz erguer os olhos do espírito e aspirar a um além sonhado mas não conhecido, enquanto as necessidades orgânicas nos retêm quando tentamos superá-las; parece confirmar a sentença de Pascal de que o homem é anjo e besta, que se bem sua inteligência o eleva ao céu, seus pés o acorrentam à terra; luta interior expressa por Espronceda quando disse:

«Aqui para viver em santa calma
Ou sobra a matéria, ou sobra a alma.»

É, portanto, necessário saber se o espírito, quando erra e depois se arrepende e lamenta o erro cometido, possui faculdades diferentes, umas que o estimulam para o mal, outras que o fazem reconhecer e odiar esse mesmo mal; umas que o elevam ao ciclo do amor mais imaculado e puro e outras que o atraem e o submetem a ser escravo das sensações mais grosseiras.

Não existe essa dualidade: a alma é una e sempre a mesma, mas agindo em diferente estado, situação e modo de ser distinto. O criminoso mais endurecido pode se tornar o homem mais exemplar, sendo o mesmo ser, o mesmo espírito, mas que pensa e sente então de forma diferente. E como os atos são consequência dos pensamentos, necessariamente, ao pensar diferente, ele também age e se comporta de forma diferente.

Se arrancarmos um diamante das entranhas carboníferas da terra, a princípio nenhum fulgor irradia; mas ao ser brunido, quanto mais facetas são polidas, mais reflexos ele emite. No entanto, ele é o mesmo diamante quando não apresenta brilho algum e quando nos deslumbra com seus resplendores. Mudou de natureza? Não; apenas mudou seu estado, sua forma, seu polimento.

Isso também acontece com o espírito: quando a inteligência retém apenas algumas sensações, é o mesmo ser que quando, pelo esforço e o trabalho, combina e reflete sobre multidão de ideias; quando um afeto mais ou menos sensualista mal desponta timidamente, é o mesmo que quando seu ser se expande em amor inefável e envolve outros seres, chegando mesmo a se sacrificar por eles, se necessário; e se primeiro ele é fraco e indeciso, hesitante em seus propósitos, ele não é outro depois, quando enérgico e

forte, sabe guiar seus passos conscientemente e com segurança no árduo caminho da vida.

Porém, não é só no mesmo ser que nunca muda sua natureza essencial, mas entre alma e alma não há diferença de natureza; só há diferença de *desenvolvimento* em propriedades idênticas. Um diamante é sempre carbono puro cristalizado, como qualquer outro, embora reflita mais ou menos luz; um espírito é sempre um ser racional que irradia mais ou menos luz espiritual, conforme o desenvolvimento de sua inteligência, a intensidade e pureza de seus afetos e a energia de sua vontade. E assim como dois círculos são sempre iguais no essencial, já que as diferenças de posição e magnitude não os impedem de ter ambos os dois as mesmas propriedades fundamentais, as diferenças de todos os seres racionais não são suficientes para concernir suas faculdades essenciais: entre o mais ignorante e aquele com mais talento, como entre os mais perversos e os mais santos não há diferença essencial, na qualidade: há uma diferença maior ou menor, na quantidade, no desenvolvimento, na modalização de suas faculdades; ou melhor, no grau de progresso da única faculdade que o espírito tem: a consciência. Todas as outras (como veremos) são modificações desta, ou é a própria consciência agindo de forma diferente conforme o caso, ao modo em que as cores são a própria luz modificada.

Entretanto reconheçamos que o espírito é sempre idêntico a si mesmo, em meio às suas mudanças de estados e fenômenos de suas mudanças de ideias, opiniões e sentimentos, cuja propriedade nós a reconhecemos porque nossa consciência assim atesta.

Capítulo VIII
Caracteres do espírito em si mesmo

A experiência pessoal é muito limitada no tempo e no espaço, e o horizonte sensível que ela ilumina é de muito curto alcance. Para auxiliar melhor a nossa pesquisa, é necessário um telescópio mais poderoso: esse telescópio que nos permite ver as coisas até os confins de nossa personalidade, é a razão. Graças a ela sabemos sobre o que é fundamental, o que é permanente e essencial de um ser, de uma ideia, de um princípio; e pela sua qualidade de conhecimento universal ela é sempre aplicável a todos os tipos de conhecimento desta natureza. Partindo da natureza das coisas, perceptível por esta faculdade, reconhecemos que as linhas paralelas, por exemplo, nunca se encontram mesmo quando são prolongadas, por mais que seja impossível traçá-las até o infinito; também sabemos que todos os círculos são redondos, embora nunca nos seja possível ver todos aqueles que foram traçados por todos os homens; porque não é uma mera indução baseada em analogias: é baseada nas propriedades essenciais de sua natureza.

O que é, então, o espírito em suas qualidades permanentes?

Sempre e em toda parte o espírito é uma atividade que se move, vive e age constantemente: um elemento inteligente que anima um organismo, que é o meio de expressão de sua força interna e de relação com os outros seres: um ser íntegro, total, completo, em qualquer momento da sua vida.

Não existe no espírito um centro especial de faculdades. Ele tem apenas uma: a qualidade de ser e estar em si, de perceber toda relação externa e toda manifestação interna, qualidade que chamamos de *Consciência* e que é sucessivamente expansível em seu desenvolvimento. Todas as faculdades são derivações desta, ou melhor, são a própria consciência agindo de modo determinado. Portanto, o espírito não adquire, em seu aprimoramento,

qualidades que já não possua, nem faculdades novas; ele apenas desenvolve a atividade desta única faculdade, a Consciência.

Esta condição, de ser e de se manifestar o espírito, faz com que sempre atue em unidade, que se manifeste sempre na totalidade do seu ser. Em qualquer ato do espírito, de fato, o espírito todo se manifesta; porque ele é simples, íntegro e total.

Os atos variam, no entanto, ao infinito; mas é devido à determinação voluntária que os acompanha, é pelo diferente grau de intenção ou pela maior ou menor intensidade de sentimento que os anima, pois nunca estão equilibradas no espírito suas forças, que chamamos de faculdades, ou as diferentes determinações de sua Consciência que tomam este nome. No máximo, há um equilíbrio instável: mas, pela mesma razão, é de curta duração.

Os estados ou as determinações de sua atividade que o espírito realiza em sua vida, nós os chamamos de atos. Esses atos do espírito são sempre sucessivos e contínuos. Não há dois deles que sejam completamente iguais.

Sendo o espírito um ser permanente e tendo como qualidade essencial a Consciência, é esta qualidade que o acompanha em maior ou menor grau de desenvolvimento. Os atos, então, conscientes, são permanentes para ele. Daí que ele possa reproduzi-los quantas vezes quiser. Não é precisamente que ele os guarde na memória por mais ou menos tempo, nem que, na realidade, esses atos ou estados sejam permanentes, mas sim que ele tem o poder de reproduzir os estados conscientes pelos quais passou, sendo neste sentido permanentes nele.

A sucessão dos estados do espírito gera seu tempo. O tempo, então, do espírito não está sujeito às leis da natureza física como o corpo. Normalmente nossa vida é contada pelo desenvolvimento do organismo carnal, de acordo com as leis naturais, e assim dizemos, por exemplo, que tem trinta anos de idade aquele indivíduo que, no período de seu nascimento até hoje, a terra deu trinta voltas ao redor do sol; e como o corpo está sujeito a esse processo de natureza planetária, pois nasce, cresce, se nutre e morre como os outros seres naturais, ocorre que contamos a idade do homem pelo que nele é mais contingente e menos importante: pela idade do corpo. Mas às vezes acontece que enquanto um indivíduo tem trinta anos, porque esta é a idade de seu corpo, seu espírito inculto, pouco desenvolvido, tem menos idade, isto é, *menos atividade* ou

menos vida do que outro indivíduo que, de menor idade material, experimentou mais afeições, teve mais determinações voluntárias e mais ideias em sua inteligência. Consequentemente, não vive mais aquele que tem mais anos, e sim aquele que mais desenvolve seu espírito.

O espírito, porém, em seu ser, está fora do tempo. Ele engendra *seu tempo* ao produzir atos sucessivos; mas sua essência está fora dessa condicionalidade; sua vida é contínua; sua atividade é permanente, e somente nos estados dessa atividade é que se produz seu tempo: tempo relativo a ele e não a outro ser, tempo que nada tem a ver com as mudanças dos outros seres, nem, portanto, com os tempos do planetas ao percorrer suas órbitas.

Além disso, cada planeta tem seu tempo, segundo a maior ou menor velocidade com que gira, do que resulta que, tendo velocidades muito desiguais, também têm tempos diferentes. Assim, não só para o espírito, mas também para os corpos rege esta mesma lei: o tempo é originado pela sucessão de atos, de movimentos, e cada ser está sujeito a seus movimentos próprios.

O organismo limita o espírito como um molde limita a matéria que contém. No entanto, isso não é inteiramente exato, porque o espírito não está encerrado no organismo, pois o inferior não pode conter o superior, mas irradia através dele, assim como a luz não está encerrada no tubo de uma lâmpada, mas se espalha em um círculo de maior ou menor alcance.

O espírito, dizemos, tem a Consciência como sua única faculdade da qual todas se derivam em série diferencial; ele desenvolve a Consciência com a mudança de estados, desde que estes aperfeiçoem sua natureza. Contudo; o que aperfeiçoa nossa natureza, o que nos satisfaz porque se conforma à nossa essência, isso é o Bem. De modo que cumprir o Bem é a realização da essência do espírito: é o que o aperfeiçoa; e como para isso é necessário o relacionamento com nossos semelhantes e com todos os outros seres, o espírito também tem essa faculdade de relacionamento. É um ser de relações universais, de tal modo que todos os fenômenos podemos dizer que chegam até ele, que nele repercutem. Cada ser, porém, só aprecia aquilo que pode alcançar no limite de seu desenvolvimento essencial; e à medida que mais se aperfeiçoa, mais reflete de si mesmo as belezas que percebe, assim como o diamante, ao ser polido, reflete melhor os puros fulgores da luz.

Disso segue-se que não existe qualquer ser isolado. Todo ser está contido na esfera de outro e de outros seres. O universo inteiro é assim permeado e animado pela Causa absoluta.

Então, a força que impulsiona os seres e os obriga a progredir depende não apenas da virtualidade de suas faculdades, mas também do fato de que essa esfera superior de atividade que nos permeia, que nos anima e vivifica, determina de certa forma os movimentos e atos que, sem limitar nosso livre arbítrio, têm como principal objetivo nos fazer evoluir, elevando-nos acima do nível de avanço já adquirido.

Todos os seres sentem em si aspirações ao perfeito, sentem em si mesmos aquela força que não conhecem e que os encoraja a continuar sua atividade para alcançar maior perfeição.

Não há seres desconhecidos, não há seres esquecidos e, todos influenciados, todos vivificados pelo sopro da atividade Criadora, vamos no Universo infinito cumprindo nossos destinos, identificando-nos cada vez melhor, desenvolvendo nossas faculdades mais plenamente, sentindo cada vez mais do Universo, de nós mesmos e da Divindade na proporção do desenvolvimento alcançado.

Capítulo IX
As faculdades anímicas

Vimos que o espírito tem apenas uma faculdade, a consciência; pois todas as outras são modalizações dela, ou como diz Paul Janet, "a própria consciência transformada". Mas não devemos restringir o conceito dela à consciência moral, na qual o homem, constituído em juiz de seus atos, ele a si próprio se acusa e ele mesmo se absolve ou se condena; nem, como para a Psicologia tradicional, devemos entender como tal o simples sentido íntimo, em virtude do qual a alma se observa e se conhece em seus atos interiores.

Acontece com este conceito como com muitos outros, que à medida que o homem investiga e descobre mais, também vão se ampliando e generalizando: por isso Kant disse que a ciência é formada pela reconstrução sucessiva do conceito.

A Consciência em seu amplo e verdadeiro sentido é a intimidade da alma consigo mesma e com tudo aquilo que se põe em relação com ela; a presença da alma ante si mesma e ante toda relação exterior. Ou seja, se a alma não percebe, *não presencia* um fenômeno, seja ele interno ou externo, não é anímico; e para o espírito é como se não se verificasse. A consciência, então, nesse sentido, é a fonte total da relação do ser consigo mesmo e com os outros.

Mas essa relação pode se verificar de várias maneiras. É possível que o espírito, sentindo uma mudança em seu eu, em seu ser, experimente prazer ou dor; e essa mudança afetiva ou emocional é a sensibilidade. Mas, ao mesmo tempo em que a alma experimenta essa afeição, ela tenta encontrar a causa da impressão produzida, e essa interpretação se faz por meio da inteligência. Finalmente, é possível que ela procure, que tente evitar ou voltar a ter outras impressões análogas, e esse esforço ela o verifica graças à vontade, em virtude da qual ela quer ou não quer.

No entanto, o espírito não é uma resultante dessas três faculdades; não é uma soma composta por várias parcelas; antes, o espírito é sempre um todo que age totalmente, embora de maneira diferente a cada vez. Quando o homem sabe, é seu espírito uno e inteiro quem sabe, não uma parte dele; é o espírito presente a um determinado objeto, distinguindo-se dele; é por isso que conhecer é faculdade de relação e de distinção, porque para conhecer é necessário que o conhecido esteja presente ante nós, que esteja em relação conosco, e que o sujeito distinga e separe o homogêneo do heterogêneo, e antes distinga sua personalidade do objeto cognoscível; só assim a inteligência é luz da vida espiritual.

Quando o homem sente, é também a sua alma toda que se sente emocionada, comovida, ao receber uma impressão, material ou moral. Há aqui também uma relação, mas não de distinção e sim de compenetração entre aquele que sente e o que ele está sentindo; por isso dizemos que quem ama faz suas as tristezas e as alegrias da pessoa amada. Assim, tal como a inteligência é luz, o sentimento é calor que anima e vivifica o nosso ser.

Quando o homem, enfim, deseja, tenta, quer agir, ele se relaciona com o que é querido em relação de finalidade, sendo este o móvel ou motivo do agir, essencial para que a volição aconteça, pois quando o sujeito quer, ele quer alguma coisa; embora este motivo não determina a ação, não a obriga, porque a alma pode deixar de querer e agir.

Estas são as três esferas da consciência, os três poderes permanentes do espírito em virtude dos quais ele realiza todo tipo de atos, pois todos eles são fenômenos intelectuais, sensitivos e volitivos. Em todos eles há o mesmo ser, o espírito, que se relaciona de maneira diferente com o que está presente ante ele: com relação de substantividade ou distinção (inteligência), com relação de compenetração ou intimidade (sentimento) e com relação de finalidade (volição). Os vários atos anímicos são assim diferenciados na qualidade da relação do ser com o objeto presente ante ele. E como essa faculdade de estar presente ante si mesmo ou ante qualquer relação, que dissemos ser a Consciência, vemos agora confirmado que o espírito tem essa única faculdade, que toma diferentes nomes, conforme o modo de se comportar e agir.

Essas três esferas da vida psíquica, inteligência, sentimento e vontade, não são apenas propriedades como sejam a unidade e a identidade; são

também faculdades, porque o ser, o espírito, é o diretor delas, que pode regular sua atividade; por cuja condição ele é responsável pela direção que dá à sua vida. As três são coordenadas, ou seja, da mesma ordem e hierarquia, sem que uma valha mais do que a outra, nem devemos, portanto, dar preponderância a uma em detrimento das demais; em cujo princípio toda boa educação deve se basear – para não formar um homem muito abstrato e sonhador, bem como pouco afetivo e enérgico, ou muito ardoroso e pouco razoável e ordenado. A alma é uma harmonia e qualquer desequilíbrio se faz notar em toda ela, pois suas ações são ritmicamente consonantes, como diz Platão, da mesma forma que as cordas da lira.

Capítulo X
A razão

A partir do momento em que consideramos o homem como um ser racional, atribuímos a essa faculdade a qualidade específica que o distingue dos outros seres inferiores a ele. De fato, todos os animais têm espírito, têm alma; mas esse espírito não é racional. É importante, então, considerar o que seja esse atributo com o qual o ser humano é enobrecido, e que constitui a característica de seu espírito.

A razão é a faculdade de conhecer o universal e permanente dos objetos; o necessário, essencial e imutável. Oposta ao sentido, em virtude do qual a inteligência percebe o particular e o variável, a razão dá unidade à multiplicidade dos fatos, investiga suas causas, formula leis e princípios e constitui os diversos ramos da ciência, ao ordenar em um todo sistemático, sob unidade, a diversidade de conhecimentos.

Não há dúvida sobre a importância do conhecimento racional: sem ele, seria impossível qualquer ordem, plano e método, qualquer sistema na ciência e na vida; mas em virtude dele penetramos no íntimo das coisas, em suas propriedades fundamentais e vemos a unidade no diferente e heterogêneo. A própria experiência não teria valor sem as ideias racionais: o homem, por exemplo, sem elas não poderia saber que a atração é uma lei universal porque é impossível para ele verificar isso em todos os pontos do universo; ou que todo fenômeno tem uma causa, e que qualquer todo é maior do que uma das partes, se a verdade desse conhecimento não ultrapassasse os limites da experiência, até o ponto de que, embora termos podido verificá-lo não mais de em apenas alguns casos, damos a eles um valor universal; porque temos a evidência de que é necessário, imprescindível, que assim seja. Se todos os conhecimentos que o homem possui emanassem da experiência, o homem não poderia saber o que seja o infinito e o eterno, pois nem o primeiro é formado pela adição sucessiva de

unidades, nem o segundo é tempo de grande duração, mas o contrário do tempo.

No entanto, se bem a experiência não forma o conhecimento racional, ela o sugere, e isso torna as ideias inatas e adquiridas, contra o sentido estrito dos sensualistas e idealistas que se concentravam em apenas um dos dois aspectos. As ideias, como diz Naville, são como o pêndulo de um relógio e a experiência é o impulso que põe esse pêndulo em movimento: as ideias de ser, existência, unidade, causa, etc., constituem o fundo de nossa inteligência e essas mesmas ideias nós as aplicamos quando alguma sensação nos obriga a fazê-lo; assim, a ideia de que todo efeito tem uma causa é superior à experiência porque vai além de seus limites; mas existe em nós na ocasião de observar um fenômeno. É por isso que o que Locke disse é verdade: *nihil est in intelecto quod prius non fuerit in sensu*,[5] e é também o que Leibnitz acrescentou: *nisi ipse intellectus*.[6]

[5]*Nota de SEDE: «Não há nada na mente que não estivesse anteriormente nos sentidos»*

[6]*Nota de SEDE: «a não ser o entendimento humano»*

Isso nos dá a chave para entender como todas as ideias são, ao mesmo tempo permanentes em um sentido e variáveis em outro. A ideia de justiça, de beleza, de verdade todo homem tem; mas são variáveis de acordo com o grau de cultura, não apenas entre os diferentes homens, mas, dentro de um mesmo homem, em diferentes épocas. É que o entendimento interpreta e aplica cada uma dessas ideias gerais a fatos determinados, segundo seus critérios, de onde nasce a falibilidade da inteligência humana. Dois juízes ao sentenciar um réu (e vemos isso com certa frequência) podem fazer diferente: um absolve e o outro condena.

Ambos possuem a *ideia* de justiça, ambos também interpretam os *mesmos fatos*, mas o fazem de maneira diferente; e de acordo com os ditames de sua consciência um pronuncia o contrário do outro. De onde vemos que o erro não está na *ideia* de justiça, que é de razão, nem no *fato* que é de observação, mas no exame, na interpretação; isto é, na aplicação da ideia ao fato, do universal a um caso dado. E como essa função de relacionar o universal com o particular é própria do entendimento, é somente no entendimento que há lugar para o erro, não na razão.

Nesse sentido, dizemos que a razão não se engana; porque a razão não julga e onde não há juízo não há erro: o erro vem do exercício do

entendimento, que em sua variedade dá origem aos vários graus de talento; enquanto a razão é igual em todos.

Quanto à origem dessas ideias, há diversidade de opiniões. Platão o atribui a uma espécie de reminiscência anterior, pelo qual diz que o gênio recorda; Aristóteles ao intelecto ativo; Descartes e Leibnitz a um inatismo no espírito humano. Mallebranche à visão no próprio Deus e Kant às formas subjetivas ou a *priori* de inteligência, que esta aplica a todos os objetos.

Seja como for, o certo é que, graças a esta faculdade, o homem conhece a ordem que reina tanto em um pequeno número de fenômenos, quanto no universo mundo; ele investiga as leis pelas quais é governado mesmo além de onde o microscópio e o telescópio lhe mostram os limites da matéria perceptível, e remontando à causa primeira, ele conhece, em meio à sua pequenez, a infinita grandeza, sabedoria e amor do Ser que dotou suas criaturas de faculdades tão maravilhosas.

Capítulo XI
A imortalidade da alma

Talvez nenhuma questão tenha preocupado tanto a humanidade quanto o fenômeno da morte. Todos os povos tiveram suas crenças sobre este ponto, e desde a concepção mais grosseira de imortalidade que supõe a continuidade *do homem* em sua vida total, espiritual e corporal para além do sepulcro, até a concepção mais espiritualista, todos os povos testemunharam suas ideias sobre o tocante a um assunto tão importante.

Não há ninguém que, ao fechar os olhos de um ente querido que fez nossa felicidade, cuja vida era nossa vida, não tenha se perguntado se ao cair na sepultura perderemos seu afeto para sempre, se dado o último suspiro, o último sorriso com que parecia expressar-nos todo o seu amor e todo o seu desejo de nos ver felizes, terá se extinguido para sempre o sopro da existência que o animava. Por mais materialista que seja, seu instinto o fará desejar a continuação da vida para além do túmulo; e para decifrar o futuro insondável, consultam-se livros, revisam-se teorias, fazem-se reflexões sobre crenças religiosas e questionam-se os céus e a terra, depois de termos perguntado à nossa consciência se a permanência daquele ser lhe é agradável, apesar de o ter visto dar seu último suspiro. É que a dúvida que nos assalta neste ponto indica sempre que, apesar de todas as negações, o problema ainda é uma incógnita para a nossa inteligência, que deseja mais luz sobre um assunto tão importante!

E que o assunto é importante, não há dúvida: a maioria de nossas ações (por mais que em outra coisa se acredite) são executadas nesta vida de acordo com as crenças que temos em relação à morte. Se a pessoa virtuosa sofre em silêncio, e em silêncio tenta ser forte, ante o martírio de seu coração, seja por uma doença dolorosa, seja pelo abandono em que o deixou a ausência de entes queridos, seja por injustiças sociais que entristecem e fazem desejar uma outra vida onde o reino de Deus tenha cumprimento, é, não duvidemos, porque lá no seu coração, lá no seu

íntimo, sente a necessidade de uma outra vida onde a lei moral tenha cabal cumprimento, onde os atos meritórios sejam premiados. A imortalidade é um instinto tão poderoso no homem que não pode falhar: poucos instintos enganam o animal, e mesmo quando tal sentimento fica reduzido a essa categoria, vemos que não há homem que deixe de tê-lo.

Mas, para alçar um pouco o véu da morte, é contraproducente focarmos os olhos na fossa e encostarmos o ouvido na sepultura para perceber um movimento que nos indique a animação dos restos orgânicos do ser que dizemos ter deixado de existir. Justamente porque a alma é imortal, ela é invisível e intangível aos sentidos materiais. Nossos sentidos não servem para apreciar impressões delicadas mesmo da própria matéria, e muito menos seriam úteis para perceber a existência e os atos do ser espiritual, fora do organismo corpóreo.

Nossos sentidos não bastam para nos indicar a massa, distância, temperatura, movimentos, etc., dos astros, porque eles estão tão distantes, que a observação sensível precisa ser poderosamente auxiliada pela percepção racional. Eles também não nos dão conta do movimento da Terra e, no entanto, é impossível negá-lo. Dificilmente nos põem em comunicação com algumas forças da natureza e, não obstante, as forças da natureza são infinitas e os fenômenos naturais são igualmente inumeráveis. Esse critério, então, de investigação é muito limitado e insuficiente, sendo necessário buscar outra prova de convicção.

Do mesmo modo, onde os sentidos nos mostram as estrelas como pequenas luzes, a investigação racional vê sóis poderosos. E onde nos fazem ver aparentemente o repouso desses astros, a ciência prova seu movimento muito mais rápido que o da veloz locomotiva. Da mesma forma também onde a visão e a audição só percebem a quietude de um cadáver, a indução racional nos evidencia a vida e a atividade do ser que deixou de palpitar com seu coração, mas que nem por isso seus afetos se extinguiram, como não se apagou sua inteligência.

A morte, então, não é o fim da vida. A morte nada mais é do que a destruição dos elementos materiais orgânicos do nosso corpo, que passam ao torrente plasmático para nutrir outros organismos; mas a entidade inteligente permanece íntegra com suas faculdades.

Para ter certeza da alma, é preciso ver sua realidade; mas vê-la em nossa consciência, com os olhos da razão, não com os olhos do rosto; querer

procurá-la com o microscópio ou com o bisturi é como querer ouvir pelos olhos e ver pelos ouvidos. Sem a lua não há eclipses deste satélite, mas a terra pode existir sem ela e ela não é necessária para outra porção de fenômenos. Da mesma forma, sem o corpo não há vida *humana*, mas o espírito pode viver sem ele. Vejamos, então, se é possível atestar essa independência do espírito em sua vida própria do corpo, ou, ao contrário, se a primeira não passa de uma função do cérebro.

Se o espírito ou a alma (usamos essas palavras indistintamente) tem realidade, é que nem sua existência nem sua vida dependem do corpo: sua relação será de condicionalidade, mas não de dependência necessária, como a relação que, por exemplo, a Lua pode ter com a Terra.

Se houvesse correlação e dependência entre a força física ou corporal e a força psíquica ou espiritual, poder-se-ia admitir que esta não é mais do que uma resultante das diversas forças combinadas que atuam no organismo; mas se, longe de haver esse paralelismo e correspondência, há muitas vezes oposição e *sempre* a força mental é de uma ordem diferente da do corpo, bem podemos concluir que elas não se derivam da mesma origem nem têm o mesmo princípio. O homem de força mais hercúlea, capaz de levantar um grande peso, pode muito bem ser incapaz de manter sua atenção fixa para resolver um problema um tanto difícil, e aquele que resiste à fadiga, fome, sede e frio, talvez é também fraco e indeciso ante a menor dor que aflige seu espírito e a mais insignificante dúvida que abala sua inteligência.

Além disso, a força psíquica e a física diferem não apenas na ordem, gênero ou qualidade de manifestação, mas também diferem na quantidade, no alcance de suas funções. A atividade do espírito é indefinida, embora nunca infinita; é uma quantidade que está aumentando constantemente. Assim, o corpo atinge um certo peso, volume e altura, que depois não aumenta, enquanto o espírito aumenta constantemente e aprimora seu conhecimento, sua vontade, seus afetos. O ginasta com musculatura mais desenvolvida fará um salto de determinada longitude ou um golpe de tal intensidade, mas não irá além disso. Porém, quem pode negar que o alcance da inteligência é muito maior? Embora seja impossível para o primeiro atravessar um rio largo ou derrubar uma parede forte usando apenas sua força física, a inteligência encontrará maneiras de conseguir ambas as duas coisas. Portanto, a energia ou poder espiritual é superior em

quantidade e qualidade à atividade corporal. E se é superior, aquela não pode se originar desta – o espírito do corpo – pois a soma total nunca é superior às parcelas e nem de gênero diferente.

Por outro lado, a mudança contínua de moléculas orgânicas não se concilia com a permanência do eu, da nossa individualidade e consciência. Embora nosso corpo depois de algum tempo não conserve nem uma só das moléculas que antes teve, nosso ser é o mesmo, e nossa consciência nos atesta que somos *nós* o mesmo ser de antes e de agora, apesar de todas as mudanças do organismo. Por isso temos memória e por isso temos responsabilidade, porque quando delinquimos somos o mesmo ser que cumprimos a pena que a sociedade ou o nosso próprio remorso nos impõe.

Há também, como já indicamos, uma diferença essencial entre o tempo da vida corporal e o tempo do espírito. Pode uma pessoa ter mais anos do que outra e no entanto ser mais jovem na vida do espírito e, inversamente, contar com poucos anos de vida e ter mais experiência da vida do que um ancião. Aquele que mal saiu da aldeia onde nasceu sabe muito pouco sobre o mundo e a sociedade por muitos anos que ele tenha, e aquele que teve uma vida dilatada, mas sem dúvidas, aspirações, tristezas, paixões e desejos é uma verdadeira criança na vida da alma; o que prova que nem sempre essas duas vidas são paralelas: que um coração de poucos anos pode bater movido por emoções não experimentadas por homens de idade madura que, embora tendo visto a luz do sol por muito tempo, podem muito bem estar no escuro sobre muitas ideias que sua inteligência não concebeu.

Provam também a realidade do espírito e sua vida própria diferente da do corpo, os fenômenos de dupla sensação e duplo movimento que às vezes experimentamos até nos atos mais simples: a criança que rouba um doce experimenta, junto com o prazer da guloseima, o medo e a intranquilidade por se alguém o observasse; e a mãe que fica acordada para cuidar do filho doente, experimenta tanto o desconforto da insônia quanto o prazer de estar cuidando do filho. Da mesma forma o corpo pode resistir perfeitamente à fadiga e sentir preguiça intelectual, ou melhor da vontade (por isso culpa-se o preguiçoso); e haver desejos de trabalhar por parte do espírito e lassitude e frouxidão do corpo que o impede; isto é, movimentos e forças opostas.

A aspiração a uma vida melhor onde todos os atos tenham sua sanção, tanto os meritórios quanto os culpados, não deve ser mera ilusão quando os fatos patentizam que o espírito não depende do corpo em sua vida, e, portanto, ao desintegrar-se aquele para formar novos corpos, a alma subsistirá com suas propriedades essenciais para conhecer, amar e realizar o que é verdadeiro, belo e bom.

Há vinte e três séculos, por defender essas mesmas ideias da imortalidade da alma e da existência de Deus, Sócrates foi condenado à morte. E antes de beber a cicuta disse aos seus discípulos, que estavam tristes: "Parece que vocês temem, como as crianças, que quando a alma deixa o corpo é arrastada pelos ventos, especialmente quando se morre em tempo de tempestades". "Se existe algo imortal e imperecível, nossas almas devem sê-lo."

Capítulo XII
A inteligência em geral e a inteligência discursiva

A inteligência é a luz espiritual: por ela o espírito distingue-se como tal dos outros seres. Define-se dizendo que é a faculdade de conhecer; mas conhecer é o mesmo que ter inteligência das coisas ou compreender o que elas são.

Conhecer as coisas é saber o que elas são. Isso, no entanto, é bastante vago. Saber o que é uma coisa pode ser tomado em dois sentidos ou considerado sob dois aspectos: pode-se dizer que saber o que é uma coisa consiste em saber *algo* sobre ela; e pode-se considerar o conhecimento de uma coisa qualquer como o conhecimento em totalidade. É neste último sentido que deveria ser tomado, porque conhecer uma coisa não é realmente conhecer algo sobre ela. No momento em que há algo nessa coisa que escapa à nossa compreensão, só podemos dizer que conhecemos apenas parte da própria coisa.

Mas esse conhecimento total é impossível: em qualquer sentido, sob qualquer aspecto que seja considerado um ser, uma coisa, uma propriedade, uma relação, etc., não cabe ser considerado em sua totalidade, porque esse ser não é o que é tão somente por si mesmo, mas pelo resultado de suas relações com os outros; e para especificar suas aptidões, propriedades e relações, seria necessário estudar todas as forças, todos os seres e todas as relações que contribuem com ele para que tenha tais propriedades.

Esse conhecimento relativo e parcial dos seres, que cabe em nossa inteligência limitada, é consequência da nossa percepção. Na medida em que percebemos, podemos conhecer. A sensação é a base do nosso conhecimento; mas essa sensação, por sua vez, é condicionada pelo corpo, pelos órgãos que nos servem de meio para receber as impressões. Depois

da sensação surge a ideia; mas a ideia não é mais a sensação, não é a mesma sensação transformada, assim como a vida não é o jogo mecânico dos órgãos. Há algo a mais: a ideia surge da sensação e nela se apoia, mas a ultrapassa.

Devemos ver então como, sendo a sensação concreta, existem em nós não apenas ideias relativas, segundo as impressões experimentadas, mas também ideias de permanência, do universal, do infinito; isto é, ideias que não são simplesmente percepções nem generalizações destas, ou consequência de sensações, mas verdadeiras *ideias*.

Também a transição da sensação para o conhecimento, que tanto tem preocupado, continua por resolver. Percebemos as coisas não como são em si mesmas, mas como são em nossa inteligência, pelos meios que nosso organismo nos empresta e pelo desenvolvimento intelectual adquirido; pois para ver, por exemplo, não bastam os olhos e a luz, mas inteligência que perceba, e a inteligência percebe em razão de seu progresso realizado. Além disso, não se pode dizer que as coisas sejam nada em si mesmas, pelo menos nada estável, pois sendo a mudança lei universal dos seres em meio à sua identidade, é claro que nossa inteligência, no caso de percebê-las como eram, teria de ver as contínuas transformações e mudanças nos seres observados. E como isso não se verifica, porque ante a nossa observação quase sempre aparecem iguais em dois momentos sucessivos de curto intervalo, resulta que também não é possível conhecer as causas das coisas e dos seres, tais como são em si mesmos, mas como eles se nos apresentam através de nossos meios de conhecimento.

À primeira vista parece um paradoxo dizer que refletir indica pouca inteligência, como já afirmava o Doutor Angélico; no entanto, é preciso concordarmos em que é uma verdade. Isso não significa de forma alguma que aquele que refletir ou raciocinar mais e melhor que outro, tem menos inteligência do que este. Isso seria absurdo, porque é claro que, entre dois homens, dizemos que tem um entendimento mais perspicaz e uma engenhosidade mais profunda aquele que percebe relações nas coisas, encontra consequências e descobre leis, que passam despercebidas pelo outro; ou seja, aquele que discorre mais acertadamente.

Mas dizemos que o fato de ter de refletir, de precisar raciocinar, indica escassa inteligência. Em efeito; discorrer ou raciocinar é ir de uma ideia a outra, relacionar uma coisa com outra, seja diretamente ou por meio de

uma terceira; no primeiro caso, chamamos o raciocínio de imediato; no segundo, de mediato.

Contudo; a maioria das verdades que adquirimos o são por derivação de umas em relação a outras; não por intuição primária e imediata das mesmas. Não só isso, mas na maioria de nossas comparações precisamos apelar para um terceiro termo, porque nossa inteligência é tão obtusa que, ao comparar uma coisa com outra, não encontra a analogia ou a diferença entre as duas senão fazendo uso de certos rodeios. Assim, por exemplo, se todo raciocínio consistisse em descobrir se uma cidade é maior do que uma casa, não há dúvida de que, comparando as duas, deduziríamos imediatamente a maior capacidade da cidade.

Mas se nos perguntarem quantas linhas tem uma página, quantos homens estão em uma reunião, aí teremos de fazer várias comparações: ver quantas vezes a linha está contida na página, ou quantas vezes a unidade homem está contida na totalidade da reunião. A complicação é ainda maior se tentarmos descobrir, por exemplo, se uma operação de multiplicação ou divisão está bem feita; e a dificuldade aumenta mais e mais quando é necessária a aplicação de diversos procedimentos, e uma série de observações e provas encadeadas, como para provar a circulação do sangue ou o movimento da Terra.

Tudo isso acontece porque adquirimos o conhecimento por discurso, não por intuição, e por discurso mediato, no qual entram termos múltiplos, não por raciocínio imediato, no qual apenas duas ideias são comparadas para deduzir a analogia ou diferença entre elas. Pois bem; se nossa inteligência procedesse por intuição ou percepção direta, logo de prestar atenção a uma coisa perceberíamos a verdade que ela contém; e isso não significa que compreendêssemos toda a verdade, mas que, da mesma forma que imediatamente ao observar o sol vemos sua luz, sem que por isso abarquemos toda a luz, pode acontecer que instantaneamente, olhando para qualquer matéria, descobríssemos parte da verdade, sem que por isso percebêssemos muitas das infinitas propriedades que existissem no referido objeto.

Capítulo XIII
A sensação e a ideia

Não há uma ideia na mente, nem um fato na Natureza, do qual o homem não tenha duvidado, cuja realidade ele não tenha questionado muito ou pouco, deixando-se, às vezes, levar pelo mais desesperante ceticismo e contemplando através do prisma da incerteza aquilo que foi objeto de seu pensamento. A existência de Deus, da alma, do mundo, tem sido questionada, e mesmo por alguns ainda é; e certamente ao ver a multiplicidade de opiniões, o espírito não pode deixar de se preocupar e perguntar: onde está a verdade? Se existisse a certeza, se houvesse a segurança do conhecimento, por quê essa variedade de opiniões, origem de inúmeras disputas?

O mundo externo, existiria como o percebemos ou sua percepção depende das condições de nossos sentidos, que, variando, também fariam mudar as qualidades que atribuímos aos corpos? Dê-se em nós um ouvido melhor aparelhado e o estampido e o choque dos corpos nos parecerão, em vez de ruídos instantâneos, sons contínuos e perfeitamente distintos, e o silêncio nunca existirá para nós. Se tivéssemos um olho mais perfeito, não haveria escuridão, nem cor preta ou ausência de cor, e perceberíamos mil pavilhões de tonalidades desconhecidas, com infinidade de nuances de luz. Que nossos músculos, nervos, epiderme, etc., fossem mais delicados, e a cera nos pareceria hoje como ferro, e o ar como cera, e as sensações de dureza e maciez, suavidade e aspereza, calor ou frio etc., que julgamos em comparação com o estado de nosso organismo, ficariam completamente alteradas. Mudando a sensação, varia também a imagem, conceito ou noção que na mente se forma. E o homem, enquanto tiver um corpo, não pode pensar do mundo exterior sem esses dados que o mundo lhe oferece e os sentidos modificam, daí que a inteligência está sempre condicionada à esfera da realidade que ele sente ou percebe e à maneira como ele a percebe, vê e toca. Consequentemente, as propriedades que atribuímos aos

corpos resultam da nossa relação e comparação com os próprios corpos, sendo variáveis quando variam os meios de percepção. Por isso, além das percepções que temos do mundo material, existe uma realidade infinita desconhecida, um número infinito de propriedades ainda desconhecidas, mas não incognoscíveis, que o homem irá conhecendo gradualmente à medida em que seus sentidos e meios de percepção vão sendo aperfeiçoados.

Resumo do que foi dito: sendo que o conhecimento é uma relação entre um sujeito pensante e um objeto cognoscível, quando este objeto chega à inteligência por meio dos sentidos, que sempre o modificam, o sujeito ou ser que pensa não pode ter certeza de que o objeto que ele conhece seja tal como ele o conhece. Depois do mundo e de seus múltiplos fenômenos, o homem só pode ter um conhecimento relativo à esfera de seu estado, nunca conhecimento absoluto ou perfeito.

Passemos da esfera do mundo externo para a do nosso Eu, para o mais íntimo que existe em nós. O Eu, seria uma série contínua de sensações e ideias produzidas por correntes nervosas que se chocam, se cruzam e se anastomosam, efeito por sua vez de impressões recebidas? Ou é um ser subsistente em meio a suas mutações, não resumo de propriedades, atos e fenômenos, mas, inversamente, *ens* (coisa, criatura, ser) de cuja realidade derivam essas mesmas propriedades e fenômenos como um efeito de sua causa?

O primeiro é afirmado pela escola positivista e materialista de todos os tempos, pois, segundo ela, o pensamento e demais fenômenos psíquicos são forças que vêm da matéria quando ela adquire certas condições; renovando-se esta constantemente, renovam-se seus efeitos; e a sucessividade de estados materiais gera a sucessão de pensamentos; e o desenvolvimento corporal, o desdobramento do espírito; e a saúde do corpo, o viço da inteligência; e a doença e atrofia de um ou vários órgãos cerebrais, a enfermidade e suspensão de faculdades determinadas (perda da memória, da faculdade de falar, etc., demência, idiotismo e loucura); e a velhice do corpo, o declínio da força pensante; e a destruição do organismo, o desaparecimento dessa força como resultante do mesmo. Consequentemente, para aqueles que assim opinam, a ideia de Deus e a da alma imortal não passam de conceitos puramente subjetivos, sem outra

realidade senão aquela que nossa mente lhes dá e que desaparecerão quando a última corrente nervosa que os gerou desaparecer.

O segundo foi mantido sempre pelas diferentes escolas espiritualistas que disputaram entre si o domínio do pensamento e o domínio das consciências nos diferentes séculos.

E quais as provas que deram de que existe esse Eu, denominado alma ou espírito, como ser que pensa, sente e quer, invariável em meio às suas mudanças? Em primeiro lugar, a memória, que supõe a continuidade do mesmo ser que reproduz seus conhecimentos e, em segundo lugar, a liberdade das determinações no ser consciente contra o curso fatal e necessário dos fenômenos da Natureza.

Mas isto não é o suficiente. Os positivistas não conseguiram explicar satisfatoriamente a memória pelo simples movimento atômico-cerebral, pela excitabilidade dos órgãos que os torna aptos para receber impressões análogas e reproduzir as já sofridas, nem mesmo fazendo intervir a chamada química mental para a associação das ideias; e os deterministas não conseguiram inclinar a balança do seu lado para fazer suprimir as palavras «vontade» e «livre-arbítrio» do vocabulário científico, assimilando os atos conscientes aos inconscientes, como resultante das forças que solicitam e motivam a ação; o certo é que basta que essas questões sejam discutidas, e dúvidas e negações sejam levantadas, com base nas razões ou dados que ao que parece lhe emprestam determinados ramos do conhecimento humano (fisiologia, física, química etc.) para compreender que a verdade plena e evidente, que a certeza flagrante e completa da Psique foi demonstrada pelas várias escolas apenas pelo simples raciocínio.

Daí a necessidade de apelar para o método experimental.

Capítulo XIV
A energia e o hábito

Há em nós, como fora de nós, uma infinidade de forças que nos são desconhecidas, e outras que, pouco a pouco, vão nos revelando seus mistérios. O âmbar existe há muitos séculos, e esse corpo, quando esfregado, sempre teve a propriedade de atrair os pequenos corpos leves; mas só depois de muito tempo o filósofo Tales de Mileto teve a ocorrência de reparar nessa propriedade. E da mesma forma que o âmbar, outros corpos também possuem essa propriedade, que até muito recentemente não tinha sido observada neles. Essa força, que conviemos em chamar de eletricidade, e que, de uma forma ou de outra, existe em todos os corpos, não foi reconhecida como tal até muito recentemente, apesar de produzir seus fenômenos de acordo com determinadas leis.

Isto que dizemos sobre a eletricidade poderia ser dito sobre muitas outras coisas e fenômenos que não foram apreciados até hoje. Uma dessas forças, quase desconhecidas para nós em seu valor, porque nem sequer temos reparado bem em seus efeitos, nem temos sistematizado seus fatos, nem explicado suas causas, é a vontade humana.

A psicologia antiga reconhecia três poderes ou faculdades no homem: memória, entendimento e vontade; mas pouco, muito pouco, se tem falado desta última. A maioria dos filósofos dedicou suas energias a investigar as leis que regem a inteligência. No entanto, em nossos dias Stuart Mill, Bain, Ribot e outros reconheceram a importância primordial do estudo da vontade, fundando a chamada *Etologia*, ou ciência do caráter. No entanto, apesar da vontade ser uma força poderosa, a mais poderosa de que o homem dispõe, seus efeitos têm passado quase despercebidos, e seu estudo ainda está engatinhando.

A vontade, se repararmos um pouco, vemos que não é igual em intensidade e desenvolvimento em todos os indivíduos, assim como a inteligência também não é igual, nem as outras faculdades de que

dispomos. Manifesta-se em certos indivíduos lânguida e preguiçosa, com pouca energia para agir, enquanto em outros é enérgica e poderosa. Em alguns é intermitente: embora forte, seus efeitos logo cessam, mas age com grande energia quando se manifesta, como uma mola que se desenrola e imediatamente deixa de funcionar.

Manifesta-se em outros perseverante, mas com suavidade, com doçura; de modo que, nem pelo tempo em que verifica seus atos, nem pela intensidade com que os executa, existe igualdade; e até no mesmo indivíduo observam-se com frequência mudanças, ora causadas por acontecimentos importantes ou inesperados em sua vida (doenças, desgostos graves, perdas de fortuna, etc.), ora causadas pelo trabalho e o labutar sucessivo de sua existência. Assim, as expressões de preguiçoso e trabalhador, homem fraco e homem enérgico, homem perseverante e homem inconstante, indicam a característica no modo de a vontade se manifestar.

A vontade, agindo em um momento dado, produz atos de arrojo, coragem e heroísmo que nos surpreendem; ou, ao contrário, atos de medo e covardia causados por uma emoção de susto e terror. Sem dúvida, muitos heróis que em um momento de perigo se lançaram sobre seus inimigos para encontrar honrosa morte, pode-se dizer que não agiram em virtude de madura reflexão, mas a maioria deles realizou esses atos de arrojo obedecendo a um impulso momentâneo, mais ou menos inconsciente; e talvez se tivesse durado mais, o arrependimento teria chegado a diminuir muito o mérito alcançado.

No entanto, se a vontade, agindo em um único impulso, tem engendrado características que nos surpreendem e nos fazem ver até onde pode ir, a vontade reflexiva e persistente nos surpreende mais, porque a ela se deve a maior parte das melhoras e aprimoramentos obtidos pela humanidade.

Em efeito; por mais poderoso que seja um momento de pensamento genial, é necessário realizar aquilo que foi antevisto no calor da imaginação, e o trabalho é o único encarregado de tornar real e efetivo o que o pensamento concebeu. Para isso, é preciso manejar material sensível, dominar o que hoje se chama de impurezas da realidade, o qual só se consegue pelo hábito, pelo exercício contínuo. O hábito produz uma maior capacidade de superar cada vez melhor as dificuldades, e é absolutamente necessário para qualquer obra que deva encarnar na realidade, precisando

antes superar os obstáculos da ordem material. Assim, o pianista, por muito talento e disposição que tiver, estará impossibilitado de executar uma peça se não tiver o prévio estudo e manejo que lhe for necessário. O pintor, da mesma forma, por grande que seja sua genialidade, não poderá pintar, por exemplo, uma boa paisagem, se um certo conhecimento do desenho e um hábito previamente adquirido não facilitarem seu trabalho. O orador, também, independentemente de seus dotes intelectuais, terá mais ou menos facilidade para se expressar, dependendo da prática adquirida. Portanto, o hábito é completamente necessário e não se consegue sem um trabalho contínuo.

De tudo isso deduzimos um grande ensinamento; e é que a faculdade mais importante, e que é conveniente cultivar com mais esmero, é a vontade. Dificilmente se sabe querer algo, e é tão importante saber querer, que disso depende poder fazer a maioria das coisas que a pessoa deseja e se propõe.

A vontade determina e impulsiona os atos mais transcendentais, e também os mais insignificantes da vida, e conforme a maior ou menor energia com que procedemos à sua execução, assim os realizamos com maior ou menor facilidade. Essa energia interna que desdobramos nos faz sentir menos os obstáculos internos. Por outro lado, quando agimos negligentemente, sentimos mais vivamente todo tipo de dificuldades.

A história nos mostra vários exemplos de quanto a vontade humana tem sido capaz de fazer. Meyerbeer, trabalhando quinze horas por dia para escrever O*s Huguenotes*; Bernardo de Palisy, empregando mais de vinte anos de trabalho contínuo até descobrir o esmalte da porcelana; Guttenberg trabalhando mais de dez anos para fazer a primeira máquina de impressão; Stephenson, passando mais dez anos de trabalho contínuo antes de ver a primeira locomotiva rodando; Newton, *pensando sempre*, como ele dizia, para descobrir o mistério da gravitação universal; estes, e muitos outros casos que poderiam ser acrescentados, são a prova do que dizemos, de que a humanidade deve seus maiores triunfos e progressos a uma vontade reflexiva e persistente.

A vontade, mesmo perseguindo objetos completamente irrealizáveis, por exemplo, a utopia do movimento contínuo, não é inteiramente infrutífera. O esforço empregado não se perde no vácuo. Pois que, por um lado, na esfera subjetiva se produz um hábito de trabalho que facilita muito o

exercício de nossa atividade, quando a dedicamos mais tarde a empreitadas melhores; e por outro lado, na esfera objetiva, às vezes se obtêm vantagens e utilidades não previstas, como a invenção do tear mecânico, que surgiu justamente dessa utopia do movimento contínuo.

A vontade transviada, movida pelo impulso do ódio e da vingança, também oferece exemplos de sua grande força e atividade. Aníbal, Almançor, Napoleão, todos os grandes guerreiros e tiranos nos provam até onde pode chegar uma vontade pervertida.

Em troca, a vontade, quando inspirada pelo amor ao próximo, oferece-nos o exemplo de uma multidão de mártires que sacrificam a vida com a maior tranquilidade, dando graças ao céu por lhes ter concedido tão alta honra. Os heróis que deram a vida em holocausto por uma ideia generosa, todos movidos por um amor imenso, impelidos pelos mais nobres sentimentos, dedicaram uma vontade enérgica e determinada ao serviço de tão justas causas. Por isso, mostrando-se generosos em meio ao egoísmo social, às vezes aparecem como estranhos à vida de seu tempo, sendo rejeitados e apontados com o dedo pela impossibilidade de o seu caloroso entusiasmo ser entendido por corações egoístas, endurecidos e petrificados pelo positivismo utilitarista.

De tudo isso decorre que querer algo, querer muito e querer da maneira certa, é o meio para superar uma infinidade de obstáculos, que de outra forma parecem impossíveis de serem superados.

O estudo da vontade, ou melhor, o desenvolvimento da vontade, está sujeito a uma lei. E assim como a Lógica, ao indicar as leis que regem a inteligência em seu desenvolvimento, pode nos prestar um grande serviço, a Etologia ao marcar as leis que a vontade deve seguir em seu desenvolvimento, deve ser como outra Lógica, a Lógica da vontade, cujas consequências são extremamente importantes. Talvez, por enquanto, essas leis devam ter um caráter empírico como induzidas a partir da observação dos fatos, mas servirão como dados e razões para que no futuro sejam melhor analisadas e seus fundamentos melhor estabelecidos: terão valor para colocar as primeiras pedras do prédio.

Como material, poderá servir o estudo biográfico, na medida do possível, de todos aqueles indivíduos que se destacaram neste exercício da vontade, observando como superaram os obstáculos internos e externos, tentando imitá-los seguindo a lei de partir do que é fácil para o mais difícil.

Essa lei é também o caminho a ser seguido pela vontade. A vontade supõe esforço, e o ponto é *medir o esforço pelo obstáculo superado, ou melhor, medir o obstáculo pelo esforço que é preciso empregar*.

Há também outra lei: como a vontade é determinada em virtude do impulso da consciência, para que não seja determinada em sentido inconveniente, é preciso começar por matar esse impulso, devemos matar o desejo quando ele é contraproducente.

Capítulo XV
O trabalho

A questão da energia está intimamente relacionada com a do trabalho.

A atividade ou o trabalho são lei da natureza: não há nada que não seja ativo, não há nada que não trabalhe. Mas ordinariamente entendemos por trabalho o esforço, aquilo que causa desconforto, que custa fadiga, que supõe atividade forçada, e neste sentido, o trabalho realizado com maior ou menor intensidade, dependendo do efeito produzido, é equivalente ao maior esforço do sujeito ou ser que o verifica. E talvez, talvez, aqueles que mais se esforçam pode ser porque têm menor facilidade para conseguir o efeito desejado, e nesse caso resultaria que, quanto maior o esforço, menor a quantidade de trabalho; mas em se tratando do mesmo ser, não há dúvida de que quanto maior o esforço, maior a atividade e maior o efeito produzido.

Descartando o trabalho ou atividade realizada por todos os seres de forma inconsciente, iremos nos focar no trabalho que o homem realiza. Este é de vários tipos, de acordo com o objeto a que se dirige e de acordo com a forma ou os meios concebidos para realizá-lo. Atendendo ao objeto para o qual direcionamos nossos esforços, o trabalho pode ser físico ou mental; pela forma, o trabalho pode ser mecânico e inteligente, material ou moral, tanto individual quanto coletivo.

Prescindindo do objeto que verificamos durante nosso trabalho, temos como principal divisão o trabalho físico e o trabalho intelectual. Realmente não existe essa separação; todo trabalho é a aplicação de nossas faculdades, todo o nosso ser participa; mas podendo haver mais ou menos intensidade ou grau de intervenção, acontece que pode ser mais mecânico ou menos, mais inteligente ou menos.

Um conceito bem errôneo é o que comumente se tem sobre a virtualidade e eficiência do trabalho, e muitos acreditam que só o trabalho do trabalhador, que só o trabalho mecânico é o que realmente deveria ter esse

nome. Pelo contrário, o trabalho, quanto mais intelectual, mais poderoso; produz melhores efeitos e, portanto, ao que o homem deve aspirar é a que todo o seu trabalho seja o mais intelectual possível, fazendo, como disse Aristóteles, que o fuso e a lançadeira trabalhem sozinhos.

Todo trabalho é psicofísico, do espírito e do corpo, embora prevaleça um ou outro elemento. Hoje, infelizmente, a maioria da humanidade ainda emprega um trabalho quase mecânico. Daí as crises frequentes: o homem, reduzido a trabalhar como uma máquina, outra máquina melhor pode substituí-lo; o que não tem substituição é a inteligência.

Suponhamos um estado mais perfeito da humanidade. Suponhamos que a maioria dos trabalhadores que hoje se ocupam na extração do carvão das minas, no cultivo das terras e nas primeiras indústrias, se dediquem ao cultivo das ciências e das artes, e que, atendidas as necessidades básicas da vida física, o homem tem muito mais tempo disponível para poder satisfazer necessidades morais, e então teremos uma civilização tão poderosa e tão diferente da atual, que no momento não nos é possível imaginar.

Além disso, é preciso atender, não só ao trabalho individual, mas ao trabalho coletivo; porque a associação multiplica as forças, e se a ciência conseguisse dominar as primeiras necessidades do homem, as faculdades deste seriam aplicadas para dar solução a outras necessidades da ordem moral, alimentando seu espírito com a verdade, e seu coração e sua fantasia com a beleza.

Se o trabalho, então, é lei para todo ser que ninguém pode esquivar, o trabalho inteligente e dirigido ao bem é aquele que mais faz progredir e merecer. Somente os preguiçosos, mais ainda do que os malvados, podem pôr em dúvida a eficiência do trabalho. É, pode-se dizer, a primeira lei que rege o cosmos; pois toda atividade é trabalho, isto é, força que se contrapõe a outras forças, movimento que colide, se opõe e vence outros movimentos. Mas só quando é consciente e persistente é que o trabalho merece tal nome. A inconstância revela um espírito fraco, pequeno, fugaz em seus pensamentos e em suas obras, pouco progressivo. A constância e a energia revelam a maturidade de um espírito já avezado à fadiga. Daquele que mais perseverar, será o maior prêmio, nunca apenas daquele que houver melhor pensado; pois o simples pensamento ou intenção pode muito bem não passar de uma ideia fugaz, sem fruto para a vida real.

Trabalhemos, pois, a toda hora, mas com ordem, com método e com perseverança, sem violência e sem fadiga, e nunca devemos desconfiar do sucesso, mesmo quando resultar falho o nosso cálculo no resultado que pensávamos, porque sempre redundará em benefícios que não suspeitáramos.

Não há ato insignificante ou pequeno, e não há esforço inútil. Tentemos que tudo seja para o bem, e não nos preocupemos do seu alcance; que se uma faísca é suficiente para acender uma grande quantidade de pólvora e explodir uma fortaleza, uma ação é suficiente para agitar todas as fibras do espírito.

Capítulo XVI
O Positivismo, como verdadeiro Idealismo

Estamos cansados de ouvir continuamente: “Nada de filosofias, nada de hipóteses sem realidade: todas elas são idealismos de pensamento; fantasias da imaginação que pretendem fazer válidas abstrações metafísicas, como Deus e a alma. O que é preciso são fatos, não abstrações, homens práticos e não sonhadores filosóficos que passam seu tempo investigando a essência das coisas. Bem, já que nós temos de viver aqui embaixo, não vamos nos preocupar com o que está lá em cima; já que a Natureza nos colocou neste mundo material, vamos nos comportar como seres materiais, tentando alcançar o maior bem-estar possível, sem dar atenção a outros bens extraterrestres, que para maldita coisa servem na vida.”

Essas são, mais ou menos, as palavras que se repetem por toda parte e o pior não é que sejam ditas, mas que constituam o critério moral de muitas pessoas. Para estas existem dois tipos de homens: teóricos e práticos. Os primeiros, idealistas, sonhadores, que inutilmente perdem tempo deixando sua imaginação vagar por coisas muito bonitas, mas que não existem. Os segundos, verdadeiros homens práticos, dedicam-se a empregar o seu tempo em algo positivo que satisfaça as necessidades mais ou menos urgentes da nossa existência, tanto para alimentar e vestir o corpo, quanto para proporcionar-lhe todo tipo de conforto e comodidade.

E esse critério também se aplica à esfera da arte, ficando proscrito tudo aquilo que for ideal, reduzindo seu objeto e finalidade a ser uma mera imitação da Natureza. Isso não é o pior, mas entendendo alguns espíritos estreitos que na Natureza só o mal tem realidade, e o bem a tem somente por exceção, pretendem que a verdadeira realidade é a expressão do mais grosseiro e mais baixo que o homem produz na vida. Assim, em novelas, no

drama ou na pintura, não dão a conhecer heroísmo, abnegação e sacrifício, nem mesmo a virtude de quem se esforça para ajudar seus semelhantes; eles representam para nós os tipos da sensualidade e do embrutecimento mais atroz, não misturados com outros bons, como na vida os distinguimos, mas embaralhados com aqueles que expressam o egoísmo mais frio, a avareza mais sórdida e a mais repugnante abjeção.

É urgente opor-se a esta avassaladora corrente de positivismo que nos rodeia e que se reflete em todas as múltiplas manifestações da atividade.

Na verdade, basta reparar nesse egoísmo desconsolador, nessa luta do mais forte contra o mais fraco, nas ficções e enganos que a diplomacia usa, para ver como, apesar de todos os sofismas, o móvel de suas ações é sempre a ambição, e com este fim são pactuados tratados, celebradas alianças e despojados povos inteiros da sua independência.

Da filosofia tudo o que é nobre e elevado é desprezado: Deus, a alma, a virtude, o progresso, não têm para esses pseudo-positivistas outra realidade senão aquela que nossa fantasia acalorada lhes empresta, e quando os nossos ossos descansarem, na medida em que nosso cérebro deixa de estar aquecido pelo fogo do sangue, não haverá mais pensamentos, nem afeições, nem nada; deixaremos de ser, para fazer parte de uma planta ou de uma flor.

Nada disso deve nos desanimar. Antes, com a maior coragem, tentemos opor-nos a esta filosofia de transição, cujo critério consiste em negar a existência da filosofia. A esse idealismo ao contrário, que só quer ver da realidade o lado baixo e grosseiro das coisas. A esse positivismo do atual, do que se toca, como se o fato, o do momento, o que em um ponto ou em um povo pode constituir a norma de suas ações pudesse ser erigido como critério para a verdade, como ideal humano através de todos os tempos e de todos os séculos.

Com tal critério o cristianismo jamais teria triunfado, porque o positivo no mundo romano era a sensualidade mais assustadora: um povo envilecido e uma corte de magnatas mais envilecida ainda. Mas a opinião de uns poucos foi mais forte do que o resto dos demais; porque em seu apoio contavam com razão e a justiça. Quando alguma crença vacila, tudo é posto em dúvida, como quando um infortúnio nos entristece nos consideramos os mais desafortunados; mas tendo passado a impressão, é possível avaliar melhor. Da mesma forma, devemos pensar que o chamado

Positivismo não deve ser o ideal que informe a Filosofia, nem aquele que deve ser aplicado à vida.

Esta Escola tem a observação sensível como único critério e fonte de conhecimento; e como regra ou princípio geral para encontrar suas leis, a indução que nessa mesma observação se apoia; de modo que tudo o que transcende ou ultrapassa a dita observação sensível é negado, relegado à esfera do indiscernível, como diz Hartmann, ou do incognoscível, no dizer de Spencer, como impossível de perceber; e, portanto, impossível de entender.

Diz-se por isso que o Positivismo é um Idealismo ao contrário.

O idealismo tanto de Platão quanto de Hegel, os mais exaltados, subestimou a experiência, os dados sensíveis, e quis explicar a realidade sem se ater ao que a realidade mostra. Platão despreza todo conhecimento que não seja o filosófico, ou seja, aquele que tem caráter de permanência, e para ele as coisas que passam e mudam não têm importância; e Hegel descreve as infinitas evoluções da ideia que a identifica com o ser dizendo que consiste na mudança contínua, não se atendo ao que a realidade nos mostra nas transformações de todos os seres, mas querendo explicar essas transformações por leis subjetivas, que o tornaram famoso com suas tricotomias ou suas teses, antíteses e sínteses. Desta forma, ele chegou a dizer que as coisas se diferenciam precisamente porque são semelhantes.

Ora, o Positivismo nega o pensamento racional, o conhecimento com caráter universal infinito, e para ele existem apenas generalizações mais ou menos empíricas cuja base e fundamento é sempre a experiência. Assim como Platão desprezava o conhecimento de caráter mutável, o Positivismo despreza o conhecimento de caráter permanente, e este é um verdadeiro idealismo porque é também uma apreciação errônea: no homem, por exemplo, o Positivismo não reconhece nada permanente; de modo que não existe a identidade do ser; vê nele apenas moléculas que mudam sucessivamente, e isso é tão falso quanto o extremo oposto, pois é tão errôneo negar que nosso ser permanece o mesmo em meio a suas mudanças quanto negar essas mesmas mudanças.

No que chamamos de espírito, o Positivismo vê apenas uma sucessão de estados, nunca um ser que produz esses estados. No universo, só admite antecedentes e consequentes, nunca causas e efeitos, de modo que não há inteligência dirigente e ordenadora. E na ciência em geral ele não vê nada

mais do que um meio de ampliar nossas percepções, nunca um conhecimento seguro e racional por estar baseado na natureza das coisas, já que essa natureza é negada ou reduzida a uns poucos fenômenos que a observação nos mostra.

Assim, como ele nega o dado permanente, já nos entes, já no conhecimento, é um idealismo ao contrário do idealismo que nega o dado sensível; e pelo fato de os extremos se encontrarem, do Idealismo hegeliano no que se convencionou chamar de esquerda, nasceu o Positivismo moderno.

Agora, então, quando a escravidão existia em todos os lugares, em qual indução se apoiavam todos os pensadores que a combatiam? Em nenhuma indução empírica. O fundamento era, sem dúvida, um princípio racional. E embora existisse em todos os lugares, bastava ter uma ideia da liberdade humana e do dever universal para entender a injustiça dessa instituição. Em qual experiência sensível Pitágoras teve de se apoiar para afirmar o movimento da Terra, assim como todos aqueles que pressentiram a habitabilidade dos planetas, sem outro meio de investigação além dos sentidos, quando careciam de dados sobre sua magnitude, peso, distância, movimento e condições físico-químicas de sua atmosfera e de seu solo?

No entanto, pensadores de todas as épocas afirmaram resolutamente a pluralidade dos mundos habitados. Da mesma forma, aqueles que tentaram opor *o que deve ser* ao que é, só se basearam em fatos apenas precisamente para combatê-los: prova evidente de que há em nossa natureza humana algo mais do que o conhecimento que se adquire através dos sentidos; que existe um conhecimento racional que ultrapassa o âmbito da experiência, um conhecimento racional que existe e se desenvolve, embora a observação pareça às vezes restringi-lo.

A razão, então, é a faculdade que deve conhecer o que é universal na natureza, e não negar, muito menos contradizer, a esfera da experiência: ela existe como uma fonte diferente de conhecimento. Deste modo, se a nenhum cego podemos dar a conhecer o que é a luz, e em geral não podemos explicar a ninguém em que consiste uma sensação enquanto ele não a experimentar, do mesmo modo, por muitas que tiver, ninguém poderá nos explicar as causas dessas sensações, se não tiver em sua inteligência essa ideia de causa que se aplica a *todos os efeitos*.

O Positivismo, portanto, é uma escola incompleta: limita a realidade e as fontes do conhecimento, e em seus exageros é um verdadeiro Idealismo ao contrário, pois que sem perceber o átomo, como o elemento químico, nem a força, nem o éter, nem a célula, formula, no entanto, conclusões que se baseiam apenas em meras induções, depois de proscrever todo conhecimento que não for comprovado na observação sensível.

Essa tendência passará, esses exageros terão seu termo, e então poderemos descartar os grandes bens que devemos ao exame positivo. Enquanto isso, vamos reconhecer que o conhecimento, seja qual for, é um composto da presença dos objetos, ante a inteligência e a atenção que colocamos de nossa parte. Portanto, na observação sensível sem o objeto externo presente a nós, o conhecimento é impossível. Nesse sentido, tudo o que se refere à esfera dos fatos e do conhecimento fenomênico deve ser perfectível para o indivíduo e para a humanidade. Mas a realidade infinita, como a realidade sensível, também está presente à nossa inteligência, pois que ela a compreende; apesar de possuir caráter limitado, finito e concreto. Portanto, se a experiência é legítima como fonte de conhecimento do individual, justa e legítima é a razão como fonte de conhecimento do absoluto.

Capítulo XVII
O novo hipnotismo

Tão logo como os fatos do sonambulismo magnético começaram a ser estudados, viu-se a impossibilidade de serem explicados de forma racional pelos conhecimentos fisiológicos da ciência atual, principalmente os fenômenos que de antigo são chamados de transmissão do pensamento, transposição de sentidos e visão dupla; pois sem admitir a existência real e positiva do espírito com faculdades próprias e diferentes das forças orgânicas, era impossível dar um passo em sua explicação, pois todas as descobertas verificadas e todas as hipóteses admitidas para explicar a visão ocular, por exemplo, são insuficientes para nos demonstrar como um sonâmbulo com os olhos fechados vê à distância, e através de paredes e obstáculos materiais, aquilo que outro indivíduo e ele mesmo, acordado, é impotente para perceber.

Mas os *soi-disant*[7] homens de ciência, que às vezes são tão fanáticos por seus sistemas e teorias quanto qualquer outro tipo de sectários, em vez de admitir os fatos e abordar de frente as dificuldades de sua interpretação, tentaram sair pela tangente, negando alguns fatos e admitindo outros. E querendo acomodar a realidade às suas ideias, não suas ideias à realidade, descartaram dos fenômenos do magnetismo tudo aquilo que seria absurdo explicar por suas teorias, admitindo apenas o que, em sua opinião, em nada se opõe a estas.

[7] *Nota de SEDE: soi-disant, do francês: supostos.*

Assim, eles negaram categoricamente a existência do fluido magnético, mudando o nome de magnetismo animal para *hipnotismo*, abreviação de neuro-hipnotismo (sono nervoso induzido). Braid of Manchester, foi o primeiro a dar-lhe este nome em 1841, e desde então tem sido utilizado pela maioria dos que se dedicaram a este assunto, entre eles Liébault. Beannis, Cullerre, Ladame, Bottey, Liegedis, Bernheim e outros que, se

falam de magnetismo, é só para dar a entender que não existe tal coisa, que não existe nada além de hipnotismo.

A palavra hipnotismo já nos diz que tipo de fenômenos são aqueles admitidos como verdadeiros. Segundo Liébault, o sono comum, no fundo, não difere do sono magnético; um como o outro se deve à imobilização da atenção e da força nervosa sobre a ideia de dormir. O hipnotizado adormece com a ideia fixa em relação com aquele que o adormeceu; daí a possibilidade de lhe sugerir sonhos, ideias e atos estranhos à sua vontade. O esquecimento ao acordar depende de que toda a força nervosa acumulada no cérebro durante o sono vem a ser novamente difundida por todo o organismo. Disso Bernheim[8] conclui que nos fenômenos do hipnotismo não há nada mais do que pura sugestão.

[8] *N. do autor: Da sugestão e suas aplicações na terapêutica.*

"Nós", diz ele (p. 130), consignamos que os fenômenos determinados no estado hipnótico e no estado de vigília não são devidos a um fluido magnético, a qualquer emanação que vai de um organismo a outro, mas que tudo procede da sugestão, ou seja, a influência causada por uma ideia sugerida e aceita pelo cérebro.»

Coerente com essa ideia é a expressa por Prosper Despine[9], que diz:

"O sonambulismo é caracterizado fisiologicamente por apenas o exercício da atividade automática do cérebro durante a paralisia da atividade consciente manifestada pelo Eu." E se quisermos saber por que o sonâmbulo ignora quando acorda o que verificou durante o sono, este mesmo autor se encarrega de nos dizer muito rapidamente sem encontrar nenhuma dificuldade: «O fato de o sonâmbulo ignorar o que fez durante o sonambulismo não depende do esquecimento, mas da não participação do Eu em seus atos.» E, claro, se *ele* não fez isso, mal conseguiria se lembrar.

[9] N. do autor: Estudo sintomatológico sobre o sonambulismo.

Contudo, queremos saber a causa das alucinações que podem ocorrer ao hipnotizado. Ouçamos Lelut: "A alucinação é a transformação do pensamento em sensação". Isto mesmo explica a excitação da sensibilidade ou os fenômenos de hiperestesia. "Há, diz Bernheim, uma exaltação da excitabilidade ideo-sensorial, que inconscientemente transforma a ideia em sensação ou imagem sensitiva."

É um pouco mais difícil explicar o fenômeno oposto, isto é, a anestesia ou perda de sensibilidade, mas nada detém os nossos sábios, que tudo dão por

coisa sabida. «Nesse caso, diz este mesmo autor, há uma paralisia reflexa de um centro cortical que a ideia sugerida produziu» Depois disso, não deve nos surpreender que Liébault diga que «entre o sono espontâneo e o provocado não há basicamente nenhuma diferença.»

Mas, a verdade irrompe e quanto mais tentamos detê-la, mais evidente fica a ineficácia de nossos esforços para consegui-lo. A atenção a esses fenômenos com objeto de desacreditá-los resultou na demonstração de sua realidade, e embora só se admitam aqueles que se enquadram em certas teorias, não pode haver ninguém tão obcecado que diga que tudo é farsa ou ilusão.

Quando pretendia ter dito a última palavra falando em *sugestão* para explicar os fenômenos do hipnotismo, dizendo que a simples sugestão era a causa dos três estados de letargia, catalepsia e sonambulismo, relegando aos domínios da fábula a existência do fluido e dos fenômenos da dupla visão, são dadas a conhecer as experiências do Dr. Luys no Hospital de la *Charité*, onde o eminente médico anatômico faz ver como, em uma pessoa em estado de sonambulismo, podem ser produzidos estados análogos à embriaguez, hidrofobia, etc., apenas aplicando em seu pescoço tubos *hermeticamente fechados* contendo alguns gramas de conhaque ou de água. Não só isso, mas à distância o haxixe contido em outro tubo fazia a voz da pessoa hipnotizada aumentar ou diminuir quando cantava.

Agora: a doutrina da sugestão é insuficiente para explicar o real efeito dessas substâncias no organismo, muito mais quando não há contato: seria preciso reconhecer que através do cristal, algo emanado ou irradiado por essas substâncias chega ao organismo e produz seus efeitos ali.

Não duvidemos disto; à medida que as experiências avançarem, nossos próprios contraditores terão de concordar conosco, por muitos nomes e apelidos que ponham nesses fenômenos, resistindo-se a reconhecer a realidade do espírito[10]. Também William Crookes, materialista convicto, nos fala em *força psíquica* para não nos falar em alma. Mas não importa; o nome não faz a coisa; que os hipnotizadores continuem fazendo investigações, que verifiquem a realidade dos fenômenos e estes se encarregarão de nos provar que a alma não é um efeito resultante do funcionamento de certos órgãos, mas, ao contrário, o espírito é o ser, causa ativa de seus atos, e o organismo é o meio, instrumento ou elemento do qual se utiliza para realizar seus atos, para desdobrar suas faculdades.

[10] *N. do autor: Alguns, como o Dr. Pulido, já falam de correntes neurais.*

Capítulo XVIII
A lei moral, como lei universal. O bem e o mal

Todos os fenômenos variadíssimos do Universo estão sujeitos a leis, em virtude das quais se verificam. Essas leis ou regras, às quais os fatos se ajustam, não são precisamente algo externo às próprias coisas que se impõe para sua execução. A lei nada mais é do que o modo especial de agir dos seres, segundo sua natureza; a norma à qual todos os fenômenos e atos respondem.

Quando observadas parcialmente, parece haver oposição entre umas leis e outras, da mesma forma que as forças se nos apresentam em combate singular. O que acontece é que elas estão subordinados umas às outras de acordo com sua respectiva importância. E qual será a lei suprema, da qual partem todas as outras e à qual todas estão sujeitas? É a lei moral, que rege e regula todas as leis do Universo. As forças físicas e intelectuais estão subordinadas a ela, e sendo a lei moral aquela que representa a mais alta elevação, o estado de progresso alcançado é por ela graduado. Os seres, então, não diferem tanto por sua inteligência quanto por sua pureza, pela retidão de sua consciência. O progresso moral é o verdadeiro progresso: o progresso intelectual é antes um antecedente para realizar o progresso moral.

Essa lei moral, sendo permanente em todos os seres, dá-se em cada um deles de maneira diferente, conforme seu avanço. Não obriga do mesmo modo àquele que é sábio como ao ignorante, à criança como ao velho, ao forte como ao fraco e, no entanto, todos estão sujeitos ao seu arbítrio. É, portanto, universal e rege cada homem de acordo com sua posição, idade, sexo, etc.

A lei moral cumpre-se sempre: seu cumprimento nunca pode ser eludido, porque o bem sempre se realiza em maior ou menor escala.

Durante séculos, o bem e o mal não foram entendidos senão como dois princípios opostos, chegando-se às vezes a dar maior realidade ao segundo. No entanto, o mal não existe como tal: não tem realidade, pouca ou muita que seja; é como o frio ou as trevas: um não-ser.

Melhor poderíamos dizer que o mal, como todas essas outras coisas, tem apenas uma existência subjetiva: reside na apreciação de quem o observa e assim o julga. Da mesma forma que as trevas não existem a não ser para nossos sentidos, incapazes de ver com luz escassa, o mal também não existe a não ser para nossa consciência, muito imperfeita, que não consegue ver como todos os atos trazem em si *algum* germe de bem.

Para entender, então, o que seja o bem e o que seja o mal, devemos prescindir por completo do critério dos sentidos e olhar para os dados que a razão sensata possa designar.

Esta sã razão nos diz que todo fato, todo ato livremente praticado, é sempre feito tendo em vista um fim, um fim mais ou menos nobre, mais ou menos puro, mas sempre em vista de algum bem, já particular para o sujeito que o verifica, já para os outros seres. As faculdades postas em jogo não são más por si mesmas, mas pelo mau uso que se pode fazer delas; portanto, não há ato que seja em si mesmo mau *de modo absoluto*.

Tudo o que a fantasia conseguiu imaginar como o pior e o mais ruim, sempre contém, em virtude desse princípio anterior, algum bem. Portanto, o mal como puro mal é um mito, é um não-ser, que nem sequer pode ser concebido.

Caso contrário, se o mal tivesse realidade, teria de ser o oposto do bem, não um menos bem; da mesma forma que, o frio e a escuridão tendo realidade, teriam de ser qualidades opostas ao positivo e ao real, que é o calor e a luz. Mas naqueles termos negativos não há nada além de uma questão de apreciação, seja por causa da imperfeição dos sentidos, seja pela imperfeição de nossa inteligência, que não alcança para compreender como todos os atos são transcendentais para o bem.

Mas, não se creia que, negando a realidade do mal, vamos julgar todos os atos como igualmente bons e, portanto, em nada reprováveis, pois que nenhum é ruim. Não. Todo ato tem sua sanção de acordo com a intenção que o produziu e o efeito alcançado, e os atos que nossa consciência julga como maus é porque não estão de acordo com o que deveríamos fazer, e é preciso haver expiação e compensação para nos reabilitar por tê-los

executado. E não apenas os atos que transcendem ao exterior: todos os pensamentos, como estados de nossa inteligência, acusam maior ou menor perfeição.

A sanção dos atos não é apenas a mais ou menos longo prazo. Todo ato produz seu efeito imediatamente. Aquele que age mal encontra-se rebaixado e já desmereceu desde o momento em que agiu. Embora o espírito possa refletir sobre uma vida inteira, a sanção do ato ou sua consequência seguiu à sua execução.

Vemos, então, que a lei superior à qual todos os atos estão subordinados e que rege todas as outras leis, é a lei moral.

Difícil é, à primeira vista, nos convencermos de que o bem é a lei moral suprema. Acostumados a julgar pelas impressões dos sentidos, vertemos nossas ideias nos moldes estreitos do mundo sensível e não damos aos nossos pensamentos outro escopo além do círculo limitado de nossas sensações. É preciso que a cada momento a razão se encarregue de retificar os dados de nossa percepção para validar os julgamentos e acertar sobre a verdadeira causa dos fenômenos.

Assim, durante séculos a Terra foi considerada imóvel no espaço, por nenhuma outra razão além de não sentir seu movimento. E, pelo contrário, acreditava-se que todas as estrelas giravam em torno desse átomo estelar, também sem outro fundamento além dos dados que nossa visão nos oferece. Da mesma forma, acreditava-se que um corpo quando queimado desaparecia, e foi necessário, para sair do erro, que a química reconstruísse novamente os elementos que entravam na combustão, e por meio da balança demonstrar que não houve perda alguma da matéria que constituía o corpo comburente.

Assim também, reparando no dado sensível: como admitir que o bem deva reinar como soberano, quando há tanto egoísmo, tanta ambição, crime e infortúnio em toda parte? Será o amor o que leva o assassino a atacar sua vítima; o que move o ladrão para fazer o roubo; o que arma o braço do guerreiro para ceifar milhares de vidas em flor? Pelo contrário, o mal-estar das sociedades, as revoluções que se sucedem, as crises econômicas, as doenças de toda espécie, os atrozes crimes que estarrecem e, como se não bastassem os males e as penas individuais, as terríveis epidemias e as não menos terríveis guerras que levam destruição e miséria a extensos territórios; tudo, ao que parece, indica que não é o amor que é

soberano, senão o egoísmo e a barbárie que triunfam neste combate único da vida.

É verdade, bem verdade, que a vida de hoje está cheia de dor, perda, sofrimento, e que neste mundo há mais males, em geral, do que bens; mas esses fatos não invalidam, muito menos contradizem, essa lei infinita de amor que rege todas as outras.

Vamos fazer um esclarecimento. Se dirigirmos nossas vistas sobre a superfície do globo, notamos multidão de desigualdades: montanhas que se elevam acima do nível comum, vales e depressões que descem consideravelmente em comparação com o nível das montanhas mais altas. Por um lado o Himalaia com seus altos picos, por outro lado o Saara com suas imensas planícies. E muito mais notamos essas sinuosidades que a Terra nos apresenta se, em vez de nos concentrarmos em olhar para elas, as percorrermos a pé. Como negar essas diferenças de nível se a cada momento estamos cansados e precisamos recuperar o fôlego para subir qualquer pequena ladeira? Tudo isso é verdade; mas não é menos verdadeiro que nossos julgamentos são feitos por comparação, e que se comparando o nível da montanha com a planície, ela nos parece grande, comparando a montanha com a crosta terrestre parece-nos pequena. O que são todas as desigualdades da Terra em proporção à totalidade da massa planetária? Se representarmos a Terra por uma laranja, toda a crosta sólida estará figurada pela espessura de um papel de cigarro. O que representarão as desigualdades que o papel possa ter? Bem, é assim que as sinuosidades da Terra são, se comparadas com a própria Terra.

A mesma coisa acontece com o valor que possuem os atos de nossa existência, pois temos que, como todos os atos são meios de progresso – pois que para quem faz o mal servem de incentivo para refazer seu trabalho, e para quem faz o bem servem de estímulo na empresa iniciada – resulta que nada é inútil; que, sem inibir a liberdade dos seres, todos os atos acabam afinal por redundar em seu benefício; assim, da dúvida, nasce o estudo; do desengano, experiência; da dor, a apreciação do que a saúde vale; das injustiças sociais, a necessidade de nos amarmos; da guerra, o anseio pelo bem-estar da paz; das necessidades físicas, a precisão de trabalhar para superá-las; e em último resultado, de tudo o que dizemos que é mau, a necessidade de aumentar e aperfeiçoar nossa atividade. E como todos os seres tendem a uma atividade maior, acontece que os atos

se totalizam todos eles, que nada se perde, que tudo é útil, assim como no mundo material nada se anula; tudo, em meio às suas mudanças, permanece.

Mas, todos os seres, ao progredirem, devem fazê-lo precisamente através da identificação com os seus semelhantes, através do amor e do bem.

A Criação obedece a um ato de amor infinito e todos os seres são como uma faísca. Aumentando sua intensidade, essa faísca torna-se luz e depois sol que vivifica inúmeros seres na escala do progresso.

Capítulo XIX
A Filosofia em sua aplicação social

É uma verdade que nem as riquezas, nem as honras, nem os prazeres bastam para a satisfação do nosso espírito. As formas de governo, as mudanças políticas e os melhores Códigos também não podem, *por si sós*, tornar os homens felizes.

Pode ser que por muitos séculos a humanidade tenha acreditado nisso, e vimos o homem se inspirar quase sempre no móbil do prazer para suas ações, mesmo quando para isso tivesse de sacrificar a vida de seus semelhantes, cobiçar tesouros e riquezas, almejar e pretender posições na vida social, embora muitas vezes tivesse de atropelar honras e vidas e martirizar cruelmente seus irmãos. E também vimos ensaiar todos os sistemas políticos, desde o despotismo mais repugnante, até a demagogia mais exagerada e os princípios sociais mais opostos, do comunismo nivelador ao individualismo mais egoísta.

O indivíduo, tanto isolado quanto associado a seus semelhantes formando povos, tribos e nações, empreendeu conquistas, sempre desejou expandir seu território à custa do que outros ocupavam, acreditando erroneamente que o povo de maior grandeza é aquele que mais domínios possui, e o governo mais forte é aquele que mais duramente castiga; como se a extensão do território ou a crueldade do governante pudessem jamais ser sinais de verdadeira grandeza.

Quanto sangue derramado, quanta injustiça cometida, quantas extorsões, ultrajes e tormentos para que a bandeira nacional ostentasse triunfante, com razão ou sem ela, nos confins mais distantes do mundo! Há ainda quem na história da nossa pátria encontre, como mérito glorioso, o daquele império hispano-português que chegou a ser, de longe, maior do que o

romano, em cujo território o sol nunca se punha, e onde multidão de indivíduos pronunciavam orgulhosamente o nome de espanhol.

No entanto, era quando milhões de índios permaneciam na escravidão, apesar de nossos excelentes códigos para protegê-los; quando travávamos guerras sangrentas nos Países Baixos e em outros pontos, pretendendo impor pela força das armas nossa política intolerante; quando a indústria estava quase morta, porque o ouro que vinha em grande quantidade da América nos fazia desprezar o trabalho. Tomando ouropel por ouro puro, nos elevávamos ao céu com nossos artistas, mas estávamos submersos na pavorosa miséria e na mais bárbara ignorância, preparando assim aquela rápida decadência dos últimos tempos da casa dos Áustria, em que a Espanha mais parecia uma comarca cheia de mendigos, do que nação povoada de cidadãos.

Não. Nem o indivíduo é feliz porque às vezes beba do cálice do prazer, nem a sociedade é bem dirigida porque seja empurrada para o caminho de uma grande e rápida conquista. A felicidade reside apenas no cumprimento do dever. E nem o melhor Governo nem a melhor Constituição são capazes de fazer felizes os povos em cujo seio predominarem a ignorância e a superstição e, consequentemente, a miséria do corpo e da alma.

Daí segue-se que a ciência filosófica não pretende regenerar a sociedade pregando um credo político e social mais ou menos avançado.

Não considera serem tão importantes assim as formas de governo que em momentos dados possam ter os povos; mas, tendo em conta a consciência, busca reformar o homem como indivíduo, porque sabe muito bem que, reformado o indivíduo, a sociedade resultante ficará por sua vez também reformada; e essas variações na forma política e na legislação serão corolários seus.

A própria história nos demonstra que é inútil pedir e conceder direitos sem cumprir deveres, e que é inútil se reger por leis muito sábias e previdentes se os encarregados de aplicá-las prevaricam a todo momento. No fato que acima mencionamos de nosso antigo domínio, quando estávamos nos tornando donos da maior parte da América do Sul, nossos monarcas, de Isabel a Católica até Carlos II, aprovaram leis muito boas, que formam o famoso Código das Índias, mas que não foram efetivamente aplicadas pelos encarregados de cumpri-las, que atenderam mais ao seu interesse particular em explorar os pobres indígenas, do que aos

sentimentos de caridade e aos deveres que a humanidade e a religião impõem a todos os seres. A mesma coisa acontece sempre que, sem reformar os costumes individuais, pretende-se reformar de raiz a sociedade: nenhum decreto é capaz de fechar a ferida e, por outro lado, não há chaga profunda o suficiente para que o esclarecimento e a moralidade não possam cauterizá-la.

Mas, para reformar a Sociedade, é preciso primeiro mudar as *ideias*, porque as ideias regem o mundo, e este é governado por *ideias*.

À primeira vista parece um contrassenso nestes tempos dizer que as ideias são os guias da sociedade, porque em toda parte se vê o egoísmo mais marcante, e esse egoísmo parece ser a antítese de um pensamento orientador na vida.

Refletindo, porém, um pouco, devemos nos convencer de que não há, nem pode haver, exceção à lei geral enunciada; porque esse mesmo egoísmo que se traduz por imoralidade em todo tipo de organismos e atos particulares e coletivos, é efeito, nada mais, da falta de um nobre e elevado ideal de vida.

Acredita-se que depois dela não há nada; que é só aqui que os atos encontram sua sanção, e que, sabendo esquivar o mundo, conseguindo contornar a ação dos tribunais de justiça ou evitar ser feridos pelo indivíduo por nós ofendido, já estamos a salvo de qualquer evento e não temos nada a temer pela nossa parte. De onde vemos que neste caso, como em todos os outros, age-se como se pensa; e como se julga egoisticamente, com esse mesmo egoísmo nos comportamos. Mas, como o homem é sempre um eterno insatisfeito, nasce nele uma aspiração a um ideal de vida melhor, mais puro, mais humano, mais justo, onde não haja tantos exclusivismos de classe, de interesses e de ideias. Daí aquela aspiração mais ou menos ideal, a que tendem muitos poetas e pessoas de sentimento, de alcançar um melhor estado de felicidade, onde uma moral mais pura abrigue com seu manto todos os deserdados, hoje vítimas da desgraça e da miséria.

Zola, em um discurso dedicado à juventude francesa, condenava as inclinações ao misticismo e recomendava o trabalho e a fé na ciência, como único meio de alcançar a felicidade. Dumas, a propósito disso, publicou uma carta em *Le Gaulois*. Nela, referindo-se a um tempo próximo e melhor, disse que "quanto mais os homens acreditarem em sua previsão de que chegará infalível e proximamente a época em que, animados pelo amor ao

próximo, modificarão toda a sua existência por sua própria vontade, mais rápido será o advento dessa época"; e quer, anunciando a modificação dos sentimentos humanos, aproximar mais essa mudança. Tolstoi rejeita a teoria de Zola de fazer do trabalho a finalidade da vida, considerando-o apenas como uma necessidade. Aceita, com Dumas, o advento de uma época melhor, pelo desenvolvimento do amor ao próximo, e endossa as palavras deste ao dizer que "os homens, depois de terem experimentado tudo, acabarão, e muito em breve, aplicando seriamente à vida a lei do amor ao próximo, e serão invadidos pela loucura, a fúria do amor.»

A ciência hoje em dia participa desse caráter egoísta que demos em chamar de positivo: lida com dados e examina fatos para aplicar as vantagens de suas investigações a necessidades momentâneas, para ter melhor indústria, mais comércio, maior bem-estar físico. Estas são suas aspirações hoje: que o vapor voe, que a eletricidade funcione, que a luz desenhe e todas as forças naturais obedeçam submissas ao mandato do homem; mas tudo o que consideramos transcendente é descartado de alguma forma, e só aquilo que contempla o presente e tem caráter utilitário é o que fazemos objeto preferente de nossas miras e preocupações.

E, no entanto, isso indica nada mais do que uma época de transição entre um mundo que está partindo e um mundo que está nascendo e chega com novas aspirações e outros rumos nas ideias.

Em breve os livros que hoje consideramos como os melhores estarão poeirentos nas bibliotecas. As disputas acaloradas sobre o sufrágio e o júri, o sistema parlamentar ou representativo, a contribuição única e direta ou a necessidade de impostos indiretos, e tantas outras que hoje nos interessam e apaixonam, seja no âmbito político ou no social, não passará muito tempo antes de serem relegadas ao esquecimento, para dar lugar a outras questões e outras preocupações que irão requerer a atenção das inteligências futuras.

Cada geração busca os meios para resolver seus problemas; mas os de uma época não são os da seguinte. Assim vamos entendendo que, por mais terreno que tenhamos percorrido, nunca deixará de haver imenso campo a explorar no caminho indefinido do progresso.

Mas há também suas tempestades e furacões na esfera social: há a revolução que escorraça em momentos determinados tudo aquilo que se opõe à passagem do povo irritado; há a reação que vai reduzindo

gradativamente as conquistas que a revolução tinha conseguido; há guerras devastadoras que deixam atrás de si, como rastos de indelével lembrança, a desolação e a fome, e há pestes e doenças que causam terríveis estragos e dizimam a humanidade. Não é preciso nos determos em pintar os quadros que a dor produz constantemente: fique isso para a Arte, que em seus divinos fulgores consegue comover e elevar nosso espírito.

Em presença de tais acontecimentos, o dever da Filosofia é dar a explicação racional para esses eventos.

Aristóteles disse que onde o amor impera, todas as leis são supérfluas; e será coisa de se ver como a miscelânea de códigos e leis atuais serão, em sua maior parte, inúteis para uma humanidade que tiver por guia o amor ao próximo e o amor à verdade em todas as suas manifestações.

Capítulo XX
A força das ideias

Um eminente escritor francês, Fouillée, propagou com grande zelo o que ele chama de doutrina das ideias-forças. Consiste em aceitar como ideia qualquer estado de consciência que, desde que aparece, contém um princípio motor com tendência a se realizar. Assim, a ideia é o início do ato; e ele encontra uma semelhança entre a força das ideias e as forças físicas, pois ambas têm algumas características comuns.

Sem ir muito adiante nessa doutrina, não há dúvida de que, assim como no mundo físico toda força que não encontra um obstáculo tenderia à expansão infinita, no mundo moral toda ideia precisa lutar com outras que se opõem à sua influência. No físico, as forças, quanto mais sutis e incoercíveis se manifestam, mais potência desdobram, mais energia desenvolvem. Em termos morais, quanto mais extensa, generosa e elevada é uma ideia, mais força de impulso e resistência ela possui.

Muitos filósofos, querendo sondar o interior da alma humana para ver que forças ou faculdades ela tinha, se esforçaram especialmente para analisar as propriedades da inteligência, acreditando que a instrução é a principal coisa que interessa ao homem. Hoje, a Filosofia retificou esse julgamento e descobriu que os atos humanos obedecem antes a desejos, impulsos e estímulos que nascem da esfera sensível, e que o sentimento tem um campo tão amplo na vida quanto a própria inteligência; e que o ideal da Pedagogia moderna, não é precisamente a instrução das faculdades intelectuais, mas a educação integral e harmônica de todas as forças do nosso ser. De onde vemos que a ideia cresce e se expande, abrangendo esferas cada vez maiores, horizontes mais extensos.

Quando uma ideia chega a ser do domínio do espírito, ela sempre persiste nele. Como se explica, então, que alguns possuem boa memória e retêm rápida e facilmente o que aprenderam, enquanto outros se esforçam em vão para reter alguns conhecimentos que tão trabalhosamente

adquiriram? Ora, se o homem não esquece, como é que depois de certo tempo não se lembra mais de muito do que aprendeu? E se isso acontece na esfera do conhecimento, o mesmo acontece com os afetos, pois muitas vezes troca de objeto amado, sendo que o abandono, a perfídia e o engano cometidos acusam esquecimento do primeiro afeto. Além disso, se há memória para recordar, é claro e evidente que isso acontece porque é possível esquecer; então o esquecimento existe.

Esse esquecimento, no entanto, é aparente, não real. Nunca podemos esquecer o que outrora se tornou nosso em nosso espírito, tanto na esfera do conhecimento quanto na esfera do sentimento: o que o homem aprendeu e amou persiste sempre, assim como seu espírito persiste.

O que acontece é que temos por amor aquilo que é falácia da imaginação e temos por conhecimento aquilo que é aprendizado sem consciência; mas nem o primeiro é verdadeiro sentimento, nem o outro é conhecimento verdadeiro. Quando a criança aprende que os paralelos são duas linhas que não se encontram por mais que se prolonguem, ela não precisa se lembrar desse conhecimento mais tarde, porque está presente em sua inteligência e sem nenhum esforço se manifesta e ela o vê: tal conhecimento não é passado em nossa mente; ele está presente e como está presente, ela o reproduz. Dessa forma, longe de a memória ser um simples arsenal onde armazenamos os conhecimentos adquiridos, ela é a própria consciência no tempo, ou seja, tudo o que é consciente dura e persiste. É a faculdade que a alma tem de sempre reter e reproduzir o que uma vez sua consciência adquiriu. É por isso que o desenvolvimento da memória começa a ser percebido quando a consciência começa a se desenvolver, aos três ou quatro anos de idade.

Perguntemos a qualquer um o que ele fez quando tinha dois anos, e ele não poderá responder, porque não estando naquela época ciente de seus atos, é impossível para ele lembrar-se deles; de onde se segue que a memória nada mais é do que a própria consciência continuada no tempo. Essa memória rotineira que repete palavras sem entender o significado está ligada de forma mais íntima com o organismo e depende mais da conformação do cérebro do que da facilidade do espírito em assimilar e reter, como evidencia o fato de esquecer em pouco tempo o que assim foi aprendido, porque na realidade não houve conhecimento verdadeiro.

Quanto ao sentimento, quem ama de verdade, nunca pode esquecer o amor que teve. Nem a ingratidão, nem os desenganos, nem a ausência, nem a morte serão suficientes para apagar esta memória porque, como ela está sempre presente no espírito, nunca se apaga e nunca chega a desaparecer. Dessa forma, o que chamamos de esquecimento não é tal: nada mais é do que a minoração da memória de um fato ou de uma ideia ou afeto, que, sendo consciente, pode ser reproduzido à nossa vontade.

A faculdade de pensar no homem está sempre como as outras faculdades, em exercício contínuo, e o homem não pode por sua própria vontade parar de pensar.

Um postulado necessário da vida da alma é a atividade que deriva de sua própria natureza e a priori podemos dizer que essa atividade é executada, embora às vezes não possamos verificá-la; a priori sabemos que os raios de um círculo são iguais, embora não os tenhamos medido. A alma é ativa, porque é uma energia que tende a sempre realizar atos, e como essa atividade se dá na forma de conhecimento, sentimento e volição, a alma é sempre uma energia ou uma atividade que pensa, sente e quer.

Capítulo XXI
A causa absoluta. Unidade substancial divina

Todos os povos em suas diferentes crenças sempre reconheceram um além melhor, algo superior a eles que poderia influenciar seus destinos, ao qual deviam suas vidas e do qual podiam temer certos males quando não obedeciam aos seus mandatos. Daí o temor aos fenômenos naturais que cortavam o fio da nossa existência: o rio transbordante, o terremoto, o vulcão, o vento do furacão, o mar tempestuoso, eram objeto de adoração pelo pavor que lhes infundiam. Em contraste, o campo com seus belos prados, o sol com seu brilho ardente e a lua com sua luz plácida, as árvores e os animais que lhes traziam benefícios eram objeto de adoração em forma de agradecimento. Daí os dois deuses do bem e do mal em correspondência com os fenômenos ou seres que produziam o bem ou o mal para eles.

Era natural que, endeusando fenômenos e coisas naturais, as pessoas também fossem endeusadas. E os reis e imperadores, considerados naturalmente superiores aos demais mortais, eram representações da mesma Divindade, como encarnações da entidade que transcendia a esfera comum dos humanos. Aos poucos, à medida que a cultura foi aumentando, o conceito, já naturalista, já antropomórfico, da Divindade, também foi sendo depurado.

Homens rudes e grosseiros haviam de imaginar um Deus dotado das mesmas paixões e da mesma ferocidade. Mas quando a razão gradualmente vai se sobrepondo aos sentidos e compreende as coisas, em sua verdadeira natureza e não como parecem à primeira vista, o conceito de Deus vai se elevando, assim como o conceito do mundo, do homem e do dever, da mesma forma que os sentimentos vão sendo mais depurados e

enobrecidos, removendo muito do que havia de particular, egoísta e mesquinho neles.

Do que foi dito, pode-se inferir que, como a ideia de Deus foi se engrandecendo cada vez mais, os princípios que nossa razão aceita também irão sendo esclarecidos e aperfeiçoados, sem nunca terem um caráter absoluto; pois a criatura estará sempre a uma distância infinita da Divindade.

Para começar, a ideia de um deus cruel e vingativo parece-nos hoje absurda e contrária à ideia de um Deus que deve ser o protótipo da bondade e da misericórdia.

Aristóteles, pelo movimento de todas as coisas, chegou à existência de um motor imóvel, segundo o qual Deus seria o primeiro motor imóvel do Universo. Outros pensadores, reconhecendo o mundo como efeito, consideraram Deus como a Causa Primeira de tudo o que existe, e descartando panteísmos espiritualistas e materialistas que confundem o mundo com o Ser de Deus, outros filósofos admitiram uma espécie de dualidade entre o mundo e o seu autor.

Mas esses conceitos são muito parciais e insuficientes para nos dar uma ideia melhor do Ser Supremo. A existência de Deus como motor não explica os atributos do Ser Supremo e a forma como ele atua no Universo. Da mesma forma, a existência de Deus tão só como causa, não explica suficientemente em que medida o efeito tem as propriedades da causa da qual é derivado e quais são essas propriedades. Finalmente, o dualismo não explica e não pode explicar como Deus se comunica e influencia o mundo.

Tampouco é possível admitir que a Criação seja um ato de força ou uma necessidade do Criador. O Criador não cria por força, o Criador cria por amor, e em virtude de um gesto de amor a Criação existe, e em virtude de uma força infinita de amor a Criação é, a Criação continua e a Criação será, porque o milagre da Criação repete-se todos os dias. Deus neste sentido não tem deixado de criar.

Quanto à Providência, Deus não é Providência porque às vezes intervém no mundo, principalmente em grandes ocasiões, quando as nações estão em perigo; nem o verifica intermitentemente, quando acredita que precisam dele, realizando grandes prodígios, como punir com doenças cruéis aqueles que transgrediram, vendo-se assim o castigo de Deus nos flagelos e calamidades humanas.

Deus é eternamente Providência, porque eternamente cria ou produz e eternamente faz com que as coisas sejam modificadas e transformadas para irem cumprindo seus destinos. Portanto, não é possível que essa providência se esgote, jamais; isso que seria tanto quanto esgotar-se aquela corrente infinita de amor divino que nos atrai para as esferas superiores, que nos encoraja e fortalece e que faz com que nossas ações tenham transcendência apenas para o bem.

Deus é uno, o mundo é uno e o espírito também é uno; mas Deus é uno por si mesmo, o mundo é uno porque procede de Deus, e Deus em suas obras se manifesta de acordo com sua natureza única. O mundo é uno porque é um só: dois mundos viriam de dois deuses diferentes; e o espírito é uno porque é individual e individualizado subsiste.

Deus é único, pois é impossível ao homem conceber dois Princípios, dois Seres, duas manifestações infinitas e absolutas: Deus é, portanto, um só Deus. Deus também se manifesta em perfeita unidade; isto é, que em seus atos, em todas as suas manifestações, ele sempre age de acordo com sua única natureza, sem que seja possível ao homem, que vive no finito, elevar-se ao conceito completo da natureza divina. Unicamente o ser inteligente irá conhecendo acerca de Deus tanto quanto conhecer acerca de si mesmo e, mesmo se tornar-se grande, esse conhecimento, como jamais – em nenhum momento de sua vida – poderá ser infinito, a natureza divina e sua manifestação infinita, eterna e perfeita permanecerão sempre desconhecidas em toda a sua integridade para o espírito finito e imperfeito; e como este se manifesta em estados sucessivos e indefinidos, enquanto Deus sempre opera em unidade e perfeita conformidade com sua natureza essencial, existe grande dificuldade por parte da criatura para conhecer no tempo o que é eterno; na sucessividade o que é em simples manifestação; e na imperfeição e na finitude o que não podemos menos do que considerar como perfeito e infinitamente absoluto.

Deus estará sempre além do último além, da inteligência de todo ser finito.

LUZ ESPÍRITA
www.luzespirita.org.br
AEC
Autores Espíritas Clássicos